



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PERCEPÇÕES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA UFPB**

Mestranda: Bruna Chaves Steinbach Silva

Orientadora: Dra. Marcela Zamboni Lucena

Linha de pesquisa:  
Cultura e Sociabilidades

JOÃO PESSOA – PB  
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PERCEPÇÕES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA UFPB**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.

Mestranda: Bruna Chaves Steinbach Silva

Orientadora: Dra. Marcela Zamboni Lucena

JOÃO PESSOA – PB

2021

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586p, Bruna Chaves Steinbach Silva.  
Percepções de mulheres em situação de violência na  
UFPB / Bruna Chaves Steinbach Silva. - João Pessoa,  
2021.

74 f. : il.

Orientação: Marcela Zamboni Lucena.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB / CCHLA.

1 Violência contra a mulher 2 Violência - Gênero .  
3 Violência institucional 4 UFPB. I - Lucena, Marcela  
Zamboni. II - Título.

CDU 364. 632-055.2(043)

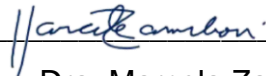
UFPB/BC

**BRUNA CHAVES STEINBACH SILVA**

**PERCEPÇÕES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA UFPB**

**BANCA EXAMINADORA**

---



Profa.

Dra. Marcela Zamboni

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Universidade Federal da Paraíba

Orientadora



---

Prof. Dra. Simone Britto

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Universidade Federal da Paraíba Examinadora

---

Profa. Dra. Luziana Ribeiro

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Universidade Federal da Paraíba Examinadora

Dissertação de Mestrado avaliada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOÃO PESSOA

2021

SILVA, BRUNA CHAVES STEINBACH. *Percepções de mulheres em situação de violência na UFPB* - Dissertação. Programa da Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

“Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância já que viver é ser livre”.

Simone de Beauvoir  
**AGRADECIMENTOS**

O caminho percorrido até a realização e conclusão desta dissertação foi repleto de muito aprendizado e experiências que me proporcionaram crescimento e amadurecimento não apenas como estudante acadêmica, mas também como ser humano e pessoa dotada de sentimentos e emoções. O processo de pesquisa, escrita e concretização deste trabalho não seria possível sem a contribuição, colaboração, apoio, acolhimento e ajudas de algumas pessoas que tornaram a caminhada mais leve, ainda que em um momento pesado e difícil que se iniciou em 2020 com a pandemia do coronavírus, que modificou a nossa rotina.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me proporcionar saúde, disposição, sabedoria e capacidade para trilhar uma pesquisa de mestrado. Mesmo nos momentos de fraqueza, Ele sempre me deu forças para que eu nunca deixasse de acreditar em mim. Em memória da minha tia Márcia Steinbach, que sempre me incentivou e me encorajou aos estudos.

Agradeço imensamente à minha mãe Rosanna, minha fortaleza e meu porto seguro, que sempre esteve presente nos momentos mais difíceis da minha vida e que nunca deixou de me ajudar e me acolher sempre com muito amor e cuidado comigo e com minha filha Yasmin. Te amo, mainha!

Agradeço a todos da minha família que me acompanharam neste processo e que estiveram presentes durante a minha caminhada. Gratidão à minha irmã Rebecca e ao meu irmão Daniel pela atenção e carinho!

Gratidão especial à minha filha Yasmin, que me deu o presente e a dádiva de ser a sua mãe! Obrigada filha por ser uma criança muito carinhosa, amorosa, cuidadosa e sensível! Com a sua chegada há 10 anos, descobri uma força incrível e poderosa que me fez e faz lutar sempre por nossos sonhos e por nosso futuro. Te amo incondicionalmente!

Agradeço de coração a David por todo amor, atenção, apoio, cuidado, carinho, companheirismo e aprendizados em nosso cotidiano juntos. Obrigada por caminhar junto comigo!

Gratidão à minha amiga, parceira e companheira Raissa, pelos momentos de acolhimentos, por todas as ajudas e conhecimentos adquiridos nesta etapa da minha vida.

Agradecimento especial também à Maria Otília, que me ajudou em vários processos da minha caminhada acadêmica, desde à graduação em Comunicação

Social até aqui, no mestrado em Sociologia. Obrigada por compartilhar de todo conhecimento e experiência de trabalho e de vida!

Agradeço também pela amizade, diálogos e companheirismos dos colegas do grupo GRAV - Grupo de Relações Afetivas e Violência – em especial à Juciane e Ariel que contribuíram com suas amizades e experiências.

Gratidão à minha orientadora e professora Marcela Zamboni, por ensinar e incentivar o trabalho de pesquisa e por atravessar um momento bastante delicado na sua saúde com serenidade, tranquilidade e foco. Obrigada por tanto aprendizado em sala de aula como em nossos diálogos. Agradeço também à banca de defesa do mestrado, à professora Simone Britto e Luziana Ribeiro por ter aceito o convite.

Agradeço às participantes da pesquisa, sem elas não seria possível a conclusão deste trabalho, seus relatos e depoimentos foram de suma importância para a concretização desta dissertação. Além do mais, as suas histórias de vida são exemplos de força e garra para muitas outras mulheres neste mundo afora que já passaram ou passam por algum tipo de situação de violência. À essas mulheres, todo o meu respeito!

## **RESUMO**

A pesquisa tem como objeto de análise as percepções de mulheres em situação de violência na Universidade Federal da Paraíba: Para tanto buscou-se analisar o perfil socioeconômico das vítimas, as consequências da violência no processo de aprendizagem, tipos de violência identificados na UFPB e qual a estrutura de acolhimento dessas mulheres. A pesquisa também proporcionou descrever o funcionamento e a dinâmica do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – COMU - no sentido de acolher mulheres em situação de violência na UFPB. Como dados extras apresentamos informações sobre o impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil. O campo de pesquisa escolhido foi a Universidade Federal da Paraíba que, apesar de ser um espaço de discussões temos evidenciado através dos grupos e movimentos atuantes no campus a reprodução de diferentes tipos de violência contra a mulher e gênero. A pesquisa possuiu uma metodologia mista, além das entrevistas semiestruturadas, foi feita a observação online do campo através da atuação dos grupos de mulheres, do levantamento

bibliográfico com autoras(es) que se debruçaram nos estudos feministas e da violência contra a mulher, até chegarmos aos dados e aos tipos de violências nas universidades no Brasil e por fim no campus da Universidade Federal da Paraíba. Verificou-se que a vivência desse fenômeno na vida dessas mulheres compromete o seu pleno desenvolvimento intelectual, sua autonomia emocional e financeira pois elas perduram durante anos como vítimas da violência e que se faz necessário buscar ajudas e acolhimentos para sair desta situação. No entanto, as instituições de ensino fazem pouco para prevenir o problema, pois a omissão e o silêncio revela a falta de ações e políticas públicas eficazes para o enfrentamento à violência, visto que essas mulheres precisam de acolhimento e proteção.

**PALAVRAS-CHAVES: Violência contra a mulher e gênero - Violência institucional – Violência nas universidades**

#### **ABSTRACT**

The research has as its object of analysis the perceptions of women in situations of violence at the Federal University of Paraíba: To this end, we sought to analyze the socioeconomic profile of the victims, the consequences of violence in the learning process, types of violence identified in the UFPB and which the reception structure of these women. The research also provided a description of the functioning and dynamics of the Policy Committee for the Prevention and Confrontation of Violence Against Women - COMU - in the sense of welcoming women in situations of violence at UFPB. As extra data we present information to the impact of the pandemic on gender violence in Brazil. The chosen research field was the Federal University of Paraíba, which, despite being a space for discussions, has shown through the groups and movements active on the campus the reproduction of different types of violence against women and gender. The research had a mixed methodology, in addition to semi-structured interviews, online observation of the field was carried out through the work of women's groups, the bibliographical survey with authors who focused on feminist studies and violence against women, until we arrived data and types of violence in universities in Brazil and finally on the campus of the Federal University of Paraíba. It

was found that the experience of this phenomenon in the lives of these women compromises their full intellectual development, their emotional and financial autonomy as they endure for years as victims of violence, living with the aggressor and taking a long time to realize that it is necessary to seek help and host to get out of this situation. However, educational institutions do little to prevent the problem, as the omission and silence reveal the lack of effective public actions and policies to fight violence, as these women need care and protection.

**KEYWORDS: Violence against women and gender – Institucional Violence – Violence in Universities**

### **SIGLAS**

Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CCHLA – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes

CCSA- Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCTA – Centro de Comunicação, Turismo e Artes

Consuni – Conselho Universitário

COMU – Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

DIPA – Divisão do Patrimônio da UFPB

FAV – Faculdade de Agronomia e Veterinária

LGBT - Lésbica, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

Reamcav – Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual

SEDES/PB – Secretaria de Estado de Segurança e da Defesa Social da Paraíba  
SEMDH/PB – Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humano da Paraíba  
SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação  
SPM – Secretaria de Política para Mulheres  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UnB – Universidade de Brasília

## **TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Violências contra mulheres no ambiente universitário .....	44
<b>Tabela 2</b> – Mulheres atendidas pelo Comitê durante o ano de 2019 de acordo com os Centros de Ensino da UFPB .....	47
<b>Tabela 3</b> – Tipos de violências sofridas por mulheres na UFPB .....	48
<b>Tabela 4</b> – Locais que ocorreram as violências contra mulheres na UFPB .....	49
<b>Tabela 5</b> – Pessoas que praticaram as violências contra mulheres na UFPB .....	49

## QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Tipos de violência contra a mulher .....	37
<b>Quadro 2</b> – Medidas de enfrentamento à violência de gênero adotadas pelos países na pandemia .....	51

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 Delimitando o objeto de pesquisa .....	19
1.2 Objetivos do estudo .....	20
1.3 Metodologia da pesquisa .....	21
1.4 Descrição da pesquisa .....	24
<b>2. “MULHER” COMO SUJEITO DE PESQUISA .....</b>	<b>25</b>
2.1 Os estudos de feminismo e as questões sobre o lugar da mulher na sociedade .....	31
2.2 O significado de “ser mulher” nos estudos de gênero .....	33
<b>3. ALGUNS CONCEITOS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, INCLUSIVE NAS UNIVERSIDADES .....</b>	<b>35</b>
3.1 Um panorama da violência contra mulheres nas universidades brasileiras .....	42
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>46</b>
4.1 O funcionamento e a dinâmica da COMU - Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à violência contra as mulheres da UFPB (COMU/UFPB) .....	46
4.2 Os dados da violência de gênero na pandemia da Covid-19 .....	50
4.3 Perfil socioeconômico das participantes da pesquisa .....	53
4.4 Análise sociológica das percepções de mulheres em situação de violência na UFPB .....	53
4.4.1 Tipos de violências identificados na UFPB .....	53
Relato de “ <i>Rosângela</i> ” [Violência doméstica] .....	53
Relato de “ <i>Carmélia</i> ” [Violência financeira] .....	58
Relato de “ <i>Inês</i> ” [Assédio sexual] .....	60
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>63</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	

<b>72 ANEXO 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	
<b>..... 72 ANEXO 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO</b>	
<b>..... 73</b>	



## 1. INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho é a violência contra a mulher. Como pesquisadora, pós-graduanda do mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, pude observar no cotidiano dos espaços de vivências do campus universitário da UFPB alguns movimentos de mulheres que foram criados para atuarem dentro do campus no sentido de definir ações de enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher e gênero, com o intuito de um acolhimento para quem vive nesta situação. É necessária a conscientização para a prevenção deste mal que assombra também mulheres negras e LGBTQI+ que transitam diariamente pelos ambientes acadêmicos e tem que lidar com o preconceito e a violência pela sua raça, classe e gênero.

Vale ressaltar, de antemão, que a violência não é apenas física, a violência pode ser psicológica, que não advém de agressões que deixam marcas pelo corpo, mas são palavras, olhares, xingamentos e/ou o desprezo que configuram um outro tipo de violência. Há vários tipos de violências que discorreremos nos próximos capítulos desta pesquisa. Considera-se relevante diferenciar cada uma delas para que possamos identificar as violências produzidas para não mais tolerarmos nenhum tipo de violência que atinge a saúde mental e dificulta a vida de muitas mulheres, especificamente aquelas que estão na universidade buscando por autonomias e desenvolvimentos plenos e intelectuais. É necessário dar voz, oportunidade e acesso à educação de forma plural, igualitária e justa a todos e todas, de modo que sua raça, classe ou gênero não seja motivo de violações de direitos sociais, civis, políticos e humanos.

Fui motivada a trabalhar com a violência de gênero ainda enquanto jornalista, **no entanto** observamos no cotidiano da mídia os casos frequentes e os alarmantes números de violências praticadas por companheiros ou ex-companheiros de mulheres. São homens que não aceitam o fim do relacionamento chegando ao ápice e gravidade da violência assassinando suas companheiras ou ex-companheiras.

As mulheres em seu cotidiano são levadas a conviver com assédio moral ou sexual, estupros, abusos, diversos tipos de violências naturalizados em seu trabalho, na faculdade ou em casa. Esses são lugares onde a mulher deveria se sentir segura e protegida. A violência contra a mulher está por toda a parte, basta ela atravessar

uma rua, andar desacompanhada e sendo uma mulher negra ou pobre a violência é ainda mais escancarada e cruel.

Dentro das instituições de ensino superior não é diferente. A violência existe também nestes espaços de compartilhamentos do conhecimento, aprendizagem, formação de futuros profissionais das mais diversas áreas, campos de estudos, centros de pesquisas especializados e profundos debates dos mais variados temas.

A Universidade Federal da Paraíba, que é o contexto espacial e sociocultural desta pesquisa, foi criada em 1955 através da Lei estadual nº. 1.366, de 02 de dezembro de 1955, como resultado da junção de algumas escolas superiores. A sua federalização foi aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835, de 13 de dezembro de 1960, através da qual foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias tanto na cidade de João Pessoa quanto no interior, assumindo assim uma estrutura *multicampi*, com atividades distribuídas por sete espaços urbanos diferentes.

Consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) assume um compromisso social e político desde a sua fundação motivando a comunidade universitária a construir conhecimentos e a trabalhar em razão da emancipação humana. Contudo será que esses valores existem apenas na teoria? Como funciona essa construção na prática universitária diante dos dados que temos em relação às violências produzidas nos espaços acadêmicos?

A investigação para essa pesquisa se deu, inicialmente, através da COMU - Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB – que é resultado da mobilização de centenas de mulheres entre discentes, servidoras docentes e técnicas administrativas da UFPB. Estas se organizaram no *Seminário Mulheres e Universidade: Por uma Política Institucional de combate às opressões*, realizado em 01 de abril de 2017, para discutir suas demandas e pensar em soluções para as diversas violências sofridas nos *campi* da UFPB. O documento resultante do seminário foi apresentado em uma audiência pública com a reitoria da UFPB, momento em que as mulheres exigiram da instituição ações para a criação de um espaço seguro de acolhimento para as mulheres.

A partir dessa audiência foi criado um grupo de trabalho formado por representantes do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB e integrantes da reitoria para definir como seria a atuação da gestão universitária, especialmente no tocante à

violência contra as mulheres. A minuta de criação da COMU foi finalizada alguns meses depois e submetida ao Conselho Universitário (Consuni), em reunião no dia 28 de setembro de 2018. De forma unânime foi aprovada a Resolução nº. 26/2018 de criação do órgão.

A sala designada para ser a sede da COMU foi a de número 11, localizada no 1º andar do prédio da reitoria. No dia 16 de outubro de 2018 foi realizado o primeiro contato com a Divisão de Patrimônio da UFPB – DIPA, solicitando retirada do mobiliário e equipamentos em desuso ou danificados da sala, onde antes funcionava a Assessoria de Comunicação do gabinete da reitoria. Em 22 de outubro de 2018 foram retirados o mobiliário e os equipamentos sem condições de uso pela DIPA e teve início a pintura de parte da sala.

A estrutura de um comitê era o que melhor atendia ao anseio de se ter um espaço de acolhimento, orientação e atendimento às mulheres em situação de violência com uma equipe especializada, formada apenas por mulheres, e também de acompanhamento dos processos administrativos gerados por denúncias. Um espaço institucional que não revitimizasse, ou seja, que não julgasse as mulheres em situação de violência foi uma das principais demandas debatidas no Seminário Mulheres e Universidade de 2017 e também na sua segunda edição, em 2018.

A Universidade Federal da Paraíba, que é o contexto espacial e sociocultural desta pesquisa, foi criada em 1955 através da Lei estadual nº. 1.366, de 02 de dezembro de 1955, como resultado da junção de algumas escolas superiores. A sua federalização foi aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835, de 13 de dezembro de 1960, através da qual foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias tanto na cidade de João Pessoa quanto E no interior, assumindo assim uma estrutura *multicampi*, com atividades distribuídas por sete espaços urbanos diferentes.

Consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) assume um compromisso social e político desde a sua fundação motivando a comunidade universitária a construir conhecimentos e a trabalhar em razão da emancipação humana. Contudo será que esses valores existem apenas na teoria? Como funciona essa construção na prática universitária diante dos dados que temos em relação às violências produzidas nos espaços acadêmicos?

A questão da violência contra a mulher tem sido um assunto recorrente na mídia brasileira através de noticiários de televisão, e não apenas na agenda midiática, mas é também tema de muitos estudos nas áreas das Ciências Sociais e de outras áreas, como o Direito, a Psicologia, a Comunicação Social, a Saúde, entre outros. Contudo esta não é uma realidade atual, as agressões às mulheres há muito tempo estiveram presentes no cenário brasileiro<sup>1</sup>.

Cada dia que passa, presenciamos diariamente nos noticiários um aumento elevado de casos de mulheres vítimas de violências causadas por companheiros, parceiros sexuais ou desconhecidos, no qual revela o absurdo e a vergonha de sermos o país que ocupa o 5º lugar no ranking de 84 países que mais disseminam a violência contra a mulher (WAISELFISZ, 2015).

Diante dos dados da violência que atingem as mulheres se faz necessário um trabalho conjunto que possa minimizar esse quadro, pois esse é um dos principais elementos que afirmam o lugar de objeto e opressão das mulheres e que dificulta sua autonomia, o acesso a direitos e a possibilidade de investir na própria educação (PORTO, 2017).

Sendo assim, faz-se necessário trazer o debate sobre a objetificação das mulheres, da naturalização de valores sociais e sobre as diversas formas de violência que as mulheres sofrem. Dessa forma, a universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada precisa se integrar às ações da sociedade civil organizada e do Estado, trazendo todo seu potencial de reflexão e crítica com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, discutindo inicialmente intramuros sobre a violência que também se faz presente na universidade. Faz-se necessário criar espaços de debate e reflexão sobre a violência que atinge as mulheres pelo fato de serem mulheres e como estas se apresentam nas universidades desde suas expressões explícitas, com os estupros, às violências veladas, como assédio sexual e moral e as ações de não reconhecimento de competências embasadas em pressupostos patriarcais e machistas da inferioridade das mulheres (PORTO, 2017).

---

<sup>1</sup> Não são apenas mulheres que sofrem violência ou são assassinadas, nem apenas homens são os autores de delitos. Autoras como Marilena Chauí (1985) e Rachel Soihet (2007) descreveram situações em que mulheres são autoras de violência. Soihet (2007) descreve como algumas mulheres de camadas populares mataram seus companheiros no início do século XX. No entanto, as mulheres costumam ser as maiores vítimas da violência de gênero, o que também justifica a importância desse estudo.

No meio universitário, extrato mais elevado da educação e ciência, onde se deveria ter garantido um ambiente de vanguarda à frente da sociedade patriarcal para alavancá-la em direção democrática, de equidade e paz social, não é o que ocorre. A desigualdade e a discriminação de gênero no ensino superior brasileiro se recolocam constantemente e sob diversas formas, explícita e sub-repticiamente (ALMEIDA, 2017).

Nas esferas educacional, laboral, política, do mercado capitalista, entre outras, todas e todos deveriam ter as mesmas oportunidades. Contudo, essa ideia não ultrapassa da teoria no que se refere ao patriarcado naturalizado ao longo de várias gerações, ainda mais se pensarmos em interseccionalidade com raça/etnia e classe social, conforme o embasamento nos estudos de gênero realizados nas últimas décadas. Ou seja, mulheres, em especial mulheres negras (pretas e pardas) e pobres, nunca tiveram as mesmas condições de existência cidadã, acesso ao espaço público e a seus respectivos equipamentos, em particular, em um país com longo histórico escravista e, atualmente, sexista-racista como o Brasil (ALMEIDA, 2017).

A fundação das primeiras universidades no mundo data da Idade Média. Mas a permissão para o ingresso de mulheres nessas instituições é bem mais recente. Mecanismos legais proibiam as mulheres de frequentarem cursos superiores. Suíça e França foram pioneiras na abolição dessa proibição em 1860. No Brasil, somente em 1879 as universidades foram autorizadas a receber mulheres como discentes (Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879 - Reforma Carlos Leôncio de Carvalho). Esse direito foi o resultado de anos de lutas sobre a ampliação do papel da mulher na sociedade.

O conceito de interseccionalidade tem sua origem nas décadas de 1970 e 1980, formulado por feministas negras norte-americanas que questionam o suposto universalismo da categoria “mulher”, ganhando eco tanto em meio aos ativismos políticos quanto na produção acadêmica. Apesar de relativa popularização do termo, foi mais recentemente que Kimberlé Crenshaw (2002;2004) apresentou uma formulação mais elaborada deste conceito. Essa autora enfatiza que a interseccionalidade de raça, classe, gênero e outras marcações identitárias aumenta a vulnerabilidade dessas mulheres e produz opressões que estimulam ao desempoderamento (PORTELA, 2017).

Enquanto instituição de ensino superior, não se pode pensar em uma Universidade fora do contexto das atuais transformações políticas, econômicas,

tecnológicas e culturais. De um modo geral, as consequências dessas transformações sociais se refletem dentro dos espaços universitários.

## **1.1 DELIMITANDO O OBJETO DE PESQUISA**

Esta pesquisa teve como proposta principal analisar as percepções de mulheres em situação de violência no campus da Universidade Federal da Paraíba, no qual pude investigar os seus relatos das violências sofridas e vivenciadas, os seus olhares, o que pensam ou o conhecimento que têm acerca das causas e tipos de violências que ocorrem dentro da instituição. Ou, no caso das mulheres que estudam e passam por situações de violência doméstica, verificar se as denúncias são feitas por parte das vítimas, que tipo de acolhimento é oferecido para as mulheres que estudam, trabalham ou frequentam a universidade. Analisamos também as consequências da violência no processo de ensino das mulheres que estudam, bem como as suas compreensões sobre papéis de gênero no sistema patriarcal e cultura do machismo os quais fomentam a violência contra a mulher e gênero. A importância desta pesquisa está em analisar as percepções de mulheres em situação de violência que transitam na UFPB.

Para o campo da pesquisa optei por escolher a Universidade Federal da Paraíba porque, apesar de ser um espaço educacional para o debate e discussões do conhecimento, tem evidenciado através dos grupos atuantes na universidade os recorrentes casos de diferentes tipos de violências contra as mulheres, tanto as que ocorrem no ambiente doméstico quanto as ocorridas dentro do campus da instituição.

Assim questiono: a partir da percepção dessas mulheres, como se pode fomentar uma análise crítica acerca dos modelos sociais hegemônicos que perpetuam na organização familiar, na divisão sexual de tarefas e, conseqüentemente, na prevenção e enfrentamento da violência de gênero?

Por fim, com o intuito de promover uma mudança cultural necessária para erradicar a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres no campus, a pesquisa reafirma a necessidade de se estudar este assunto tão debatido atualmente nas Ciências Sociais, no qual vem ganhando espaço diário na agenda midiática pelos países e permite que se denuncie a violência contra a mulher como um problema

público e político, reconhecendo que a prática é crime contra a humanidade e, por outro lado, permite também cobrar dos Estados o cumprimento de leis que foram criadas com os objetivos de prevenir e combater a violência contra a mulher. Além do mais, a própria pesquisa nos proporcionou fazer um mapeamento das políticas de combate e enfrentamento à violência contra a mulher que ocorrem no campus da Universidade Federal da Paraíba, que tem como objetivo, além da prevenção da violência, o acolhimento de mulheres (estudantes, servidoras, trabalhadoras, prestadoras de serviços, entre outras) que sofreram a violência de gênero dentro da universidade (COMU e Fórum de Mulheres da UFPB).

Foram levantadas algumas questões de investigação que sustentaram a produção desta pesquisa:

1. Quais os tipos de violência que podem ocorrer contra a mulher dentro do campus universitário?
2. Como as universidades se inserem no contexto de prevenção e combate à violência de gênero dentro do campus?
3. O que as vítimas têm feito concretamente para sair da situação de violência?
4. O que as instituições têm feito concretamente para acabar com as violências contra as mulheres que as procuram?

## 1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

### OBJETIVO GERAL

Analisar as percepções (e relatos) de mulheres em situação de violência **no contexto universitário**.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o perfil socioeconômico das mulheres em situação de violência; □ Investigar a percepção das mulheres em relação às causas e tipos de violência contra a mulher no campus;
- Discutir as consequências da violência no processo de aprendizagem das mulheres que estudam na universidade;
- Descrever o funcionamento e a dinâmica do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – COMU - no sentido de acolher mulheres em situação de violência na UFPB

### **1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

O Campus da Universidade Federal da Paraíba é um espaço de amplos debates e aprofundamentos teóricos entre toda a comunidade acadêmica a respeito do tema. Esta pesquisa revela a necessidade de uma investigação social do perfil socioeconômico das mulheres que será analisado e comparado entre elas para avaliar o que elas pensam ou sabem a respeito do tema. Pretendia-se investigar a violência de gênero produzida na universidade, verificar se as vítimas fizeram denúncias contra o agressor e se houve estrutura de acolhimento para as mulheres dentro da instituição. Assim como também intentou-se propor uma reflexão para as consequências da violência no processo de aprendizagem das mulheres que estudam e a responsabilização da sociedade na reprodução e perpetuação da violência contra a mulher.

Nas últimas décadas, a temática de gênero transformou-se em uma das áreas centrais das ciências humanas e sociais. Nos anos de 1960, devido à força dos movimentos feministas as mulheres saíram da invisibilidade nos estudos históricos e ganharam maior visibilidade na pesquisa social. Ainda, por influência do feminismo, a "masculinidade" também foi problematizada e tornou-se objeto de estudo nas áreas humanas e sociais (ROCHA-COUTINHO, 2006).

No entanto, o gênero passou a ser considerado ponto central na análise das estruturas de poder, organização das instituições sociais e formas de controle ideológico nas sociedades modernas. Portanto, o gênero é um elemento chave da

ordem social e institucional, e é também uma dimensão crucial da identidade individual (ROCHA-COUTINHO, 2006).

Assim, no intuito de estudar as percepções de mulheres em situação de violência que transitam na Universidade Federal da Paraíba, desenvolvi uma pesquisa qualitativa (DESLAURIERS & KÉRISIT, 2008) e **quantitativa**, sendo que esta última se referiu aos dados secundários colhidos no levantamento bibliográfico desta dissertação. Segundo os autores, o plano de pesquisa consiste na organização das condições de coleta e análise de dados, no enfoque de uma garantia em função dos objetivos da pesquisa e da parcimônia dos meios. O que significa dizer que os planos de pesquisa variam segundo os objetivos desta mesma pesquisa (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1977).

Uma outra característica da pesquisa qualitativa é o contato com o campo. Essa experimentação tem sua origem na insatisfação vivida por muitos pesquisadores frente ao limite de uma ciência social baseando-se nos métodos experimentais e adotando a epistemologia correspondente como base de conhecimento do real (DESLAURIERS & KÉRISIT, 2008).

O campo de pesquisa foi a Universidade Federal da Paraíba por ser um espaço de amplos debates, construções de sentidos e estudos teóricos que desempenha um papel fundamental na formação de jovens e adultos e contribui para uma recolha de dados que fomentam pesquisas acerca da violência contra a mulher. Assim, na investigação acadêmico-sociológica, a técnica de entrevista se faz imprescindível para captar elementos para debater as percepções sobre os níveis de conhecimentos por parte das estudantes, quanto a temática da violência contra a mulher.

Nesse sentido, capturei as percepções das sujeitas da pesquisa através da realização de entrevistas semiestruturadas. Tal recurso metodológico, mostrou-se uma valiosa ferramenta de coleta de dados ao oferecer além dos dados objetivos, os subjetivos, aqueles que se relacionaram aos valores, às atitudes e às opiniões das sujeitas entrevistadas acerca da temática proposta (CHANTLER & BURNS, 2015).

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a

entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionei um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Um ponto semelhante, para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa.

Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

Para o processo de análise e interpretação dos dados utilizei a análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). A análise de conteúdo consiste de um conjunto de técnicas que visa obter, por meio de procedimentos objetivos e sistemáticos, a descrição do conteúdo das mensagens de tal modo que permita a inferência de conhecimentos relativos às produções destas mensagens (BARDIN, 2009).

Uma das técnicas utilizadas nesta metodologia foi a análise temática, que visa compreender os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência tenham significado para o objeto analítico visado (BARDIN, 2009). A análise temática seguiu as três etapas: a pré-análise, que consistiu em uma leitura flutuante, na constituição do corpus a ser analisado e na formulação e reformulação de hipóteses e objetivos; a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos; e, ao final, a interpretação (BARDIN, 2009).

O feminismo e as metodologias feministas são um conjunto muito numeroso, que é campo de controvérsia e fonte de incessante debate. As pesquisas feministas vêm também contribuindo para uma verdadeira transformação nas metodologias tradicionalmente empregadas nos estudos acadêmicos.

De posse dos dados coletados nas entrevistas e nas observações, utilizei a análise de conteúdo para ajudar na sistematização das falas. Segundo Bardin (1997), o verdadeiro fim da análise de conteúdo é a inferência, na medida em que permite a passagem da descrição à interpretação, enquanto atribuição de sentido às características do material que serão levantados, enumerados e organizados. O material sujeito à análise de conteúdo é concebido como resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção.

Segundo José Machado Pais (2003), a análise de conteúdo não se limita à superfície textual das entrevistas transcritas. As realidades semânticas (as ideias e seus significados) e pragmáticas (as dos usos) em relação às quais essa superfície textual adquire sentido constitui, justamente, o conteúdo de um texto.

#### **1.4 DESCRIÇÃO DA PESQUISA**

A pesquisa constou das seguintes etapas:

- a) Levantamento bibliográfico com autores que se debruçaram nos estudos feministas e da violência contra a mulher, até chegar aos dados da violência nas universidades no Brasil e por fim no campus da Universidade Federal da Paraíba;
- b) Netnografia no site da Universidade Federal da Paraíba e nas redes sociais, onde foi possível fazer um mapeamento das políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher (COMU e Fórum de Mulheres);
- c) Entrevistas semiestruturadas com mulheres em situação de violência no campus da UFPB, a partir da abordagem dos temas propostos neste estudo;
- d) Análises das entrevistas com mulheres em situação de violência, abordando as percepções em relação às causas e tipos de violências ocorridas, apontando os resultados obtidos.

Como se sabe, em março de 2020 a China começou a enfrentar a contaminação pelo Coronavírus no qual resultou em uma pandemia mundial, causando uma série de acontecimentos por todo o mundo. Quarentena, isolamento social e distanciamento social se tornaram medidas comuns no cotidiano, transformando o modo de conviver com as pessoas em uma série de restrições. Com a atual realidade da pandemia, as aulas e as atividades presenciais da Universidade Federal da Paraíba foram suspensas, inviabilizando a continuação do trabalho de campo da pesquisa. Fiz as entrevistas, mas o trabalho no COMU foi prejudicado.

Diante das dificuldades deste cenário lamentável e cada vez mais difícil para a pesquisa no Brasil, passei a acompanhar pelo campo cibernético a rotina do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres (COMU) e o Fórum de Mulheres da UFPB, observando a atuação dos grupos na luta e defesa de mulheres nas redes sociais, no qual intitulei ciberativismo feminista, para poder selecionar as participantes da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas *online* com as mulheres em situação de violência da UFPB, a partir das abordagens do tema da pesquisa e por fim foram analisados os relatos dessas mulheres, apontando os resultados obtidos. O ciberativismo também viabilizou o levantamento de dados secundários sobre a violência contra as mulheres na pandemia de 2020.

De acordo com Castells (2013), as transformações do mundo na sociedade em rede são importantes na grande contribuição para os estudos sociológicos atuais. Para este autor, estamos vivendo em um novo contexto da sociedade conectada ao ciclo de amigos e familiares em rede virtual, onde surge uma nova forma de Estado, global e local ao mesmo tempo, devido à possibilidade da globalização viabilizada por meio das redes sociais.

A pesquisa de campo apresentou alguns problemas aos quais relato aqui. No momento em que procurei a COMU não tive acesso às informantes que sofreram violência doméstica, em razão do sigilo dos contatos dessas mulheres para não interferir no serviço de seus acolhimentos.

Tivemos então que buscar outros caminhos para encontrar mulheres que sofreram algum tipo de violência no contexto de suas atividades acadêmicas. Através do Fórum de Mulheres, que é uma organização política que tem como intuito a

conscientização da comunidade a respeito da violência contra a mulher e de gênero, encontrei histórias e relatos das vivências das participantes em situação de violência.

Duas aceitaram dar entrevistas mas depois desapareceram, sendo que uma delas alegou temor de represália do companheiro. É importante destacar que procurei grupos feministas para encontrar possíveis entrevistadas, mas não encontrei respostas entre elas. Ao final consegui entrevistar quatro mulheres, das quais foram analisados os dados de três delas para essa dissertação.

## **2. “MULHER” COMO SUJEITO DE PESQUISA**

Neste capítulo pretende-se apresentar os fundamentos teóricos da proposta desta dissertação que tem como temática geral a violência contra a mulher. Em outras palavras, quero evidenciar autoras e autores e seus conceitos que dão base para a análise dos estudos de feminismo e da violência em questão. Tendo em vista que essa temática foi incorporada enquanto objeto de estudo entre pesquisadoras e pesquisadores da Sociologia, optei neste capítulo por trazer especialistas nos assuntos que me guiaram nesta pesquisa feminista.

No campo da Sociologia existe um espaço para se discutir as violências que são produzidas na sociedade há muitas décadas através de olhares e perspectivas de autores que vem utilizando a violência como objeto de estudo e analisando as motivações e os lugares em que são disseminadas as violências contra as mulheres, assim como as construções sociais de gêneros que são reproduzidas de geração em geração.

Abordarei os autores e autoras que evidenciam em suas teorias uma explicação científica acerca da organização social e sexual dos gêneros, na tentativa de responder aos questionamentos e porquês de a violência ser recorrente e cíclica na sociedade (BOZON, 2004; KERGOAT, 2009; BANDEIRA, 2017; PRECIADO, 2015; AZEVEDO, 2015; HIRATA, 2009; entre outros).

Desde a infância a mulher costuma ser ensinada a reproduzir comportamentos que a colocam em um lugar de submissão e rejeição. Por exemplo, a menina é ensinada a cuidar da sua boneca, explorando a sua força interna, os seus sentimentos e emoções simbolizando a maternidade como um único destino a ser traçado para as

mulheres e, o menino é conduzido livremente para jogar bola e é influenciado a ter um comportamento superior através de sua força física externa, escondendo seus sentimentos para não demonstrar fraqueza diante da mulher. Esses padrões da ordem do sexo são uma classificação dualista e binária da sexualidade, oposição entre feminino e masculino, masculino ativo x feminino passivo, no qual reforça a dependência social e sexual das mulheres em relação aos homens (BOZON, 2004).

A mulher foi e ainda costuma ser renegada em seus direitos de ir e vir, assediada por caminhar sozinha na rua e questionada por estar em determinado local e horário, diferentemente dos homens que (quase) nunca tiveram suas liberdades questionadas. Enquanto a figura da mulher-esposa era imposta a permanecer em casa, responsável pelos cuidados dos filhos e do ambiente doméstico, os homens poderiam frequentar livremente os espaços públicos e manter amantes para a realização de suas fantasias sexuais fora do lar (BOZON, 2004).

É claro que houve uma mudança nestes padrões de comportamentos dos gêneros, as mulheres conquistaram direitos civis, políticos e sociais graças aos movimentos feministas que lutaram anos após anos por respeito, igualdade de gênero, o direito ao acesso à educação e ao ensino nas universidades para conquistar melhores posições no mercado no qual elas só tinham lugares de trabalhos subalternos e raramente os de chefia. Lutaram também pelo direito ao voto ao qual as mulheres eram proibidas no começo do século XX, o direito à licença-maternidade e igualdade salarial que ainda vem sendo uma luta atualmente travada pelos movimentos feministas em território mundial e nacional (KERGOAT, 2009).

Contudo, se voltar um pouco mais no tempo, a mulher casada só poderia trabalhar fora de casa com autorização do marido. Em nosso país, a partir de 1962 ela conquistou o direito de trabalhar sem autorização do cônjuge. Sabe-se que a mulher sofreu violações em seus direitos sociais, civis e políticos, adventos de uma cultura patriarcal que disseminou uma naturalização de hierarquias e desigualdades de gênero, que nas piores situações engendraram diversas formas de violência contra a mulher (KERGOAT, 2009).

Estatisticamente as mulheres são as maiores vítimas de violências, em especial as que ocorrem no âmbito doméstico e nas relações afetivas. Outras formas de violência e situações como o assédio moral, assédio sexual, abuso e estupro de mulheres, as omissões em relação ao sistema punitivo e a falta de políticas públicas

fundamentais à garantia de vida, da segurança e da cidadania plena das mulheres no Brasil transformou esse assunto em um tema público, deixando de ser pessoal, particular e privado, revelando um problema social que precisava ser investigado (BANDEIRA, 2017).

A violência contra as mulheres no Brasil ainda se apresenta com uma magnitude extremamente preocupante, com dados alarmantes. Analisando dados oficiais nacionais, estaduais e municipais sobre óbitos femininos no Brasil entre 1980 e 2013, inclusive registros de atendimentos médicos, Waiselfisz (2015) observou que entre 2001 e 2011 aproximadamente 50 mil homicídios foram motivados por misoginia - aversão ou ódio às mulheres. Desse montante, 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil são cometidas por familiares, sendo, desse total, 33,2% são parceiros ou ex-parceiros.

Os dados ainda apontam que entre 1980 e 2013 (33 anos) foram assassinadas 106.093 mulheres, em média 3.215 por ano, 268 por mês, nove por dia. Foram assassinadas 4.762 só em 2013, o que faz o país ter uma taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, com uma média de 13 mulheres assassinadas por dia, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), que avaliou um grupo de 83 países. Entre 2003 e 2013 o número anual de homicídios de mulheres passou de 3.937 para 4.762, um aumento de 21% no período. Um dado chama a atenção, o homicídio de mulheres brancas caiu 9,8% entre 2003 e 2013 (de 1.747 para 1.576), todavia os casos envolvendo mulheres negras cresceram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 (WASELFISZ, 2015).

Os estudos de feminismo, como referência política e teórica para a organização das mulheres, produziu uma significativa transformação na compreensão das relações humanas e da organização econômica, política e social do mundo ocidental. No Brasil, a trajetória do movimento feminista promoveu a construção de políticas de inclusão e valorização das mulheres culminando, no início do século XXI, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM; a realização de quatro Conferências de âmbito nacional de Políticas para as Mulheres; e, por fim, o estabelecimento de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004, 2008 e 2013).

Entendemos que o movimento feminista foi o pioneiro nas reivindicações pelo fim da violência contra a mulher ao tornar público os casos de agressões no âmbito

doméstico, que habitualmente eram silenciados pelas próprias vítimas – por medo das ameaças do companheiro ou por submissão ao fator da dependência financeira - que em sua maioria convivendo com a violência durante anos de vida.

Ao retirar as discussões sobre violência contra a mulher da esfera de “assunto privado” e colocá-las como “questão social”, este tema tornou-se um assunto de saúde pública, de segurança e justiça, fazendo emergir no âmbito da luta do movimento feminista, ações estatais como a criação da Lei Maria da Penha<sup>2</sup>, que se tornou um marco histórico na luta pelos direitos da mulher.

Atualmente, no Brasil existem mais de 300 delegacias especializadas em quase todos os estados (DEBERT & OLIVEIRA, 2007). As delegacias têm diversas denominações: Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Delegacia para a Mulher (DM), Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM). Essas instituições se tornaram de grande importância para o combate à violência contra a mulher, através do trabalho multidisciplinar de vários profissionais aliado à implementação de políticas públicas (SAGOT, 2007; SCHRAIBER ET AL., 2007).

Sendo assim, nos dias atuais, as mulheres em situação de violência podem recorrer ao atendimento nessas delegacias, denunciar o agressor e tirar o caso da invisibilidade e impunidade, porém, vale ressaltar que não é sempre que a mulher denuncia, pois sente medo e culpa, e quando presta a denúncia, muitas vezes ela é exposta, revitimizada, julgada e induzida a acreditar que ela “consentiu” com o parceiro. Em sua maioria, esses julgamentos vêm através de muitas perguntas e questionamentos da legitimidade da versão da vítima.

Um exemplo desse fato é o caso de Mariana Ferrer<sup>3</sup>, que tomou grande visibilidade na mídia ao denunciar um estupro no qual foi vítima durante uma festa em uma casa de eventos em Jurerê - Santa Catarina. Porém, durante uma audiência, a vítima foi questionada de forma incisiva e agressiva, no qual o advogado do réu induzia a culpa do estupro nas fotos sensuais da vítima, como se houvesse um motivo para

---

<sup>2</sup> A Lei nº 11.340/06 foi decretada pelo Congresso Nacional em 7 de agosto de 2006. A lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Entre estes, destacam-se medidas integradas de prevenção, como a oferta de atendimento policial especializado, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher (Deams), e a promoção e realização de campanhas educativas de prevenção da violência contra a mulher. São previstas, ainda, medidas de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, bem como medidas de urgência voltadas à proteção da vítima (Brasil, 2006).

<sup>3</sup> A notícia sobre o caso Mariana Ferrer pode ser acessada em <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>

praticar um estupro. O réu foi absolvido por “estupro culposo”, um termo que não existe na legislação jurídica, onde o juiz diz que o agressor “*não teve intenção de estuprar*”. Esse acontecimento lamentável apresenta o reflexo do patriarcado sobre o corpo feminino, o qual subjuga e tenta de todas as formas culpabilizar a mulher com a violência que ela sofre.

O feminismo se trata de um movimento político que atua na defesa dos direitos civis e sociais das mulheres no qual favoreça a sua emancipação e empoderamento na sociedade e luta por igualdade de gênero, em um contexto marcado mundialmente pela dominação das mulheres pelos homens ao longo dos séculos (HIRATA, 2009).

A noção de feminismo foi inventada em 1871 pelo jovem médico francês Ferdinand-Valerè de La Cour em sua tese de doutorado ‘Do feminismo e do infantilismo nos tuberculosos’. Segundo a hipótese científica de Ferdinand, o “feminismo” era uma patologia que afetava os homens tuberculosos, produzindo, como sintoma secundário, uma “feminização” do corpo masculino (PRECIADO, 2015).

Segundo Alexandre Dumas-Filho, os homens aliados das sufragistas (mulheres que lutavam pela igualdade política e pelo direito ao voto, conhecido como movimento sufragista), corriam o risco de sofrer do mesmo mal da feminização a que padeciam os varões tuberculosos. A esse movimento de aliança, ele chamava de “feminismo” (AZEVEDO, 2015).

Segundo Cova (2004), o termo “feminismo” surgiu na França, entre as décadas de 1870 e 1880, no qual foi difundido em outros países nos anos seguintes. O termo “feminista” foi empregado em um congresso organizado por mulheres em 1892.

De forma pontual, a relação entre homens e movimento feminista brasileiro remonta à origem desse movimento social e sendo assim pode-se notar como essa relação vem se tornando cada vez mais complexa engendrando questões para a teoria e prática feminista a partir da clássica periodização que estabelece dois momentos: a primeira onda do feminismo com a fase em que predominaram as lutas sufragistas, no final do século XIX; e a segunda onda como aquela que se inicia com os contracultura na década de 1960 (AZEVEDO, 2015).

As discussões sobre feminismo e sobre o impacto do ambiente de trabalho na saúde de trabalhadoras e trabalhadores colocam em primeiro plano a necessidade de se analisar o trabalho feminino no geral e nas universidades. Na Universidade de Brasília, por exemplo, as mulheres representam 52% do total de trabalhadores. Esse

cenário de mudanças de paradigmas proporciona o aumento de pesquisas sobre violência no contexto organizacional, dentre elas o assédio moral. Quando se fala em assédio moral no trabalho o que se percebe é que esse tema ainda é tabu. É difícil falar, identificar, nomear e, conseqüentemente, explicitar. (ALMEIDA, 2017).

O fenômeno da violência contra a mulher bem como de sua erradicação tratase de um processo de luta histórica que perdura até os dias atuais, no qual ainda se pode presenciar e assistir no cotidiano da agenda midiática, televisão ou internet, um forte apelo por ações e medidas para prevenir, punir os agressores e combater os crimes contra a violação dos direitos fundamentais da mulher. Uma destas ações importantes para o enfrentamento, prevenção e combate à violência contra a mulher foi incluída na legislação brasileira a partir de 2015, a Lei do Femicídio<sup>4</sup> como crime hediondo, com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar, o menosprezo ou a discriminação à condição de mulher. Esses avanços políticos propiciaram maior conhecimento sobre o problema social da violência contra a mulher.

No meio universitário, onde se deveria ter garantido um ambiente de vanguarda à frente da sociedade patriarcal para delimitá-la em direção democrática, de equidade e paz social, não é o que ocorre. A desigualdade e a discriminação de gênero no ensino superior brasileiro acontecem constantemente e sob diferentes formas, explícita e repetidamente (ALMEIDA, 2017).

Nas universidades brasileiras têm sido frequentes a denúncia de assédios e estupros, em especial, às alunas. Coletivos feministas vêm sendo criados para acolher as vítimas, tirar os casos da invisibilidade, exigir providências dos(as) gestores(as) universitários(as) e das autoridades policiais e jurídicas, bem como criar mecanismos de resistência e proteção às vítimas e calouras (ALMEIDA, 2017).

A população universitária tem uma representatividade significativa em muitos países. No Brasil, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior, nos últimos quatro anos houve um aumento de 167% de universitários, num total aproximado de 2.400.000 estudantes. Cabe ressaltar que, além de a população universitária ser representativa em nossa sociedade, investigar essa população é poder romper com um dos grandes estereótipos, o de que a violência somente tem

---

<sup>4</sup> A Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 (Brasil, 2015), tipificou o crime do feminicídio como qualificador do homicídio e o incluiu no rol dos crimes hediondos.

lugar nas classes sociais subalternas e dotadas de recursos culturais empobrecidos (INEP, 2002).

## **2.1 OS ESTUDOS DE FEMINISMO E QUESTÕES SOBRE O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE**

Ao longo do estudo para a realização desta pesquisa, afirma-se a importância de escolher uma bibliografia com autoras feministas para responder à questão da subjugação da mulher pelo sistema heteronormativo que oprime e humilha o comportamento feminino, disseminando, dessa forma, uma cultura do machismo que torna a mulher um objeto de sujeição aos ditames masculinos, causando inúmeros tipos de violências.

Para nos dar luz a este tema, a priori recorreremos à Simone de Beauvoir (1970), em “O Segundo Sexo”, no qual a obra é considerada um clássico nos estudos de feminismo e trouxe um conjunto de ideias que exprime uma luta contra a discriminação sexual que aflige a mulher, explorando diversas áreas ligadas à discussão de gênero e também questiona a concepção de “ser mulher”.

Segundo Beauvoir (1970), as ditas minorias étnicas foram consideradas inferiores devido a acontecimentos históricos, tais como a escravidão, guerras e revoluções industriais que marcaram fortes mudanças sociais e econômicas nas sociedades. Porém, para determinar o lugar da mulher na história não houve um evento específico e tão poucas consequências dele, visto que a mulher compõe a humanidade e, todavia, sua relação com o homem é de extrema importância pois: *“...mesmo em sonho a mulher não pode exterminar os homens. O laço que as une a seus opressores não é comparável a nenhum outro”* (BEAUVOIR, 1970, p. 13).

A separação e a autonomia da mulher em relação às expectativas masculinas são os temas do capítulo conclusivo de Beauvoir sobre a liberação, no qual a autora exorta as mulheres a unirem-se em sua opressão, lutando por liberdade. A participação do homem nas atividades domésticas femininas, nas linhas da situação doméstica mais igualitária é a forma da mudança, segundo Rosaldo (1997, p. 41).

Enquanto Beauvoir esclareceu a condição separada da categoria social feminina e pediu a liberação do comportamento feminino das expectativas masculinas, Rosaldo pediu uma mistura das categorias de gêneros enquanto dispositivo para a domesticação dos homens. Ambas as argumentações fazem dos homens o Outro, enquanto as mulheres passam a ter o status de Sujeito (SANDAY *apud* MCCANNEY GERGEN, 1993).

De acordo com Machado (2013), a proposta de Beauvoir era indagar sobre as relações entre sexo biológico e a construção da categoria social de mulher no qual o estado atual dos estudos de gênero permite pensar que a construção social de gênero se faz arbitrariamente em relação à diferenciação de sexos de homens e mulheres. Sendo assim, Beauvoir pensava a categoria mulher e a questão da libertação da mulher, posta com grau de ambivalência: ser libertada das limitações sociais do seu sexo biológico e ser libertada da forma social pela qual este sexo se tornou inferior (o segundo).

Gayle Rubin propôs o fim da diferenciação de gênero ao se questionar sobre o sistema de sexo-gênero e reconhecendo a construção social do gênero como construção social de dominação (MACHADO, 2013). Rubin (2017) questiona as relações pelos quais uma mulher se torna oprimida e afirma que não há nenhuma teoria que explique ou justifique a opressão das mulheres nas diferentes culturas e ao longo da história, com uma potência explicável comparável à da teoria marxista da opressão de classe. Dessa forma, houve inúmeras tentativas de aplicar a análise marxista à questão da subjugação das mulheres.

Todavia, para engendrarmos ainda nos estudos de feminismo recorreremos à Judith Butler (2003), que relaciona a mulher como sujeito do feminismo, no qual a autora destaca a importância do desenvolvimento de uma linguagem capaz de promover a visibilidade política das mulheres. Entretanto, para Butler, a urgência do feminismo perante o patriarcado motivou um atalho em direção à uma categoria universal da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres. Na perspectiva de Foucault, Butler afirma:

“Os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que conseqüentemente passam a representar. No entanto, as noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos, ou seja, em outras palavras por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e até mesmo como forma de “proteção” dos indivíduos relacionados àquela estrutura política.” (BUTLER, 2003, p. 18).

De acordo com Saffioti (2001) os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta com desvio. A execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. No entanto, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarcado, tendo este a necessidade de fazer uso da violência.

## **2.2 O SIGNIFICADO DE “SER MULHER” NOS ESTUDOS DE GÊNERO**

É importante destacar que o uso do termo gênero ganhou maior visibilidade dentro dos movimentos feministas, sendo enfatizada a base social da diferenciação entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). No entanto, o conceito possibilitou que as questões ligadas às diferenças entre homens e mulheres deixassem de ser consideradas apenas do ponto de vista biológico, e que o pressuposto da socialização fosse tomado como princípio explicativo (NUERNBERG, 2008).

Durante muitas décadas, as pesquisas no campo do gênero se concentraram sobre a questão do feminino; porém, o entendimento atual do conceito prevê uma perspectiva relacional, histórica, preocupada com a compreensão de como foram produzidas tais relações, porque o foram, e como funcionam (ARAÚJO, 2005; ARILHA, MEDRADO & UNBEHAUM, 2001; GALINKIN & ISMAEL, 2011; GALINKIN, SANTOS & ZAULI-FELLOWS, 2010; SCOTT, 1995; STREY, 1998).

Acompanhando a tendência internacional de não mais estudar apenas as mulheres, mas as relações de gênero, também no Brasil se passou a considerar a dimensão relacional do gênero, de forma que “abriu-se, então, uma perspectiva complexa, qual seja, a de conceituar gênero como categoria analítica, que permitiria

compreender ou interpretar uma dinâmica social que hierarquiza as relações entre o masculino e o feminino” (ARILHA, MEDRADO & UNBEHAUM, 2001, p. 24).

Segundo Rocha-Coutinho (2001), com o nascer da sociedade industrial moderna e da separação das esferas de produção e reprodução, foram definidos limites claros para as identidades feminina e masculina, aquela marcada por características estabelecidas como importantes para o funcionamento do espaço privado da reprodução e esta por aspectos muito valorizados relativos ao espaço público da produção. Tal demarcação define o que é ou não próprio da “natureza” feminina, ou seja, de sua identidade.

Existem diferentes abordagens à noção de identidade no campo das Ciências Humanas e dentro da própria Psicologia, variando de perspectivas individualistas às perspectivas psicossociais. Ainda que possa ser constatada em alguns casos uma visão dicotômica que distingue identidade pessoal e identidade social, há abordagens que trabalham com a intersecção entre esses âmbitos.

Nesse sentido, concordamos com Andrade (2000), que enfatiza:

“O processo identitário é, ao mesmo tempo, individual e social, supõe uma interestruturação entre a identidade individual e a identidade coletiva dos atores sociais, em que componentes psicológicos e sociológicos se articulam organicamente. Os indivíduos se integram em diferentes grupos sociais, assumindo diferentes identidades coletivas, identificando-se com esses grupos, tendo o sentimento de a eles pertencerem, mas, simultaneamente, tendem a diferenciar-se, tornando-se autônomos e afirmando-se como indivíduos, como sujeitos, como atores sociais. Mesmo com todo peso das estruturas sociais, cada indivíduo é único e irrepitível (p. 142).

Desse ponto de vista, a identidade não é suposta como imutável, estática. É ela entendida “como um processo, um fenômeno construído de forma dinâmica e dialética, um processo identitário, um processo de personalização sempre mutável e provisório” (ANDRADE, 2000, p. 142). Na verdade, essa noção de identidade articula dimensões aparentemente dicotômicas, como estabilidade x mudança, igualdade x diferença, individual x social, pois ao mesmo tempo em que a identidade é percebida como algo “único”, “pessoal”, caracteriza-se como um processo, que envolve diuturnamente contraste e pluralidade, constituindo-se e transformando-se a partir da aculturação e

das relações sociais cotidianas, certamente em contexto que incorpora diversas determinações sócio-históricas (JACQUES, 1998).

É importante assinalar que nas sociedades atuais, marcadas por transformações que podem ser descritas como rápidas e constantes em comparação com as mesmas sociedades em épocas anteriores, os indivíduos se confrontam com uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais podem, ao menos provisoriamente, identificar-se. Assim, o indivíduo que em outros momentos tinha a falsa ilusão de uma identidade única, estável, passa agora a experimentar uma “identidade fragmentada”, constituída de múltiplas e, frequentemente, contraditórias “identidades” (ROCHA-COUTINHO, 2004).

De qualquer modo, propõe Rocha-Coutinho (2004), que a definição da identidade feminina “sempre caminhou paralelamente a uma maciça discriminação das mulheres” (p. 4). Elas foram excluídas das esferas de poder e influência social, por serem tidas como não portadoras das competências consideradas indispensáveis à vida pública, já que, historicamente, sua identidade foi pautada no casamento, na maternidade e no tipo de vida doméstica implicada a partir daí.

### **3. CONCEITOS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, INCLUSIVE NAS UNIVERSIDADES**

Cavalcanti (2006) destaca que a violência de gênero é a mais perversa manifestação das relações de poder e de desigualdade entre os sexos. As diversas formas de abuso existentes também têm sua gênese no cenário cultural histórico de discriminação e subordinação das mulheres desde a antiga sociedade grega há milênios. A desigualdade a favor do masculino e contra o feminino provocou uma série de comportamentos relacionados ao domínio e ao poder de homens sobre mulheres, gerando inclusive o uso da violência. O homem historicamente recebeu da sociedade o aval para ser o chefe da casa, passando a crer que possui o direito de usar a força física sobre sua companheira ou ex-companheira, como forma de impor e cobrar o comportamento que considera “adequado” para si e para ela.

Reforçando esta reflexão, para Saffioti (2001), a maior parte das agressões é consequência da adesão da sociedade a essas construções de papéis desiguais entre os gêneros. Os papéis sexuais, considerados padrões culturais de comportamento

que vigoram em uma sociedade, em determinados momentos históricos, determinam o que se espera de homens e mulheres nos espaços públicos e privados. Em cada cultura, comportamentos para cada sexo são estimulados em meninos e meninas desde que nascem. Em sua maioria, outorgam maior poder aos homens, principalmente na família, gerando os episódios de dominação e violência.

A violência contra a mulher e de gênero, principalmente a que ocorre nas relações afetivas e nos espaços domésticos, foi introduzida nos estudos científicos a partir da década de 1980 pela força dos movimentos feministas que foram os pioneiros na luta em relação à violência contra a mulher e que revelaram as violências da esfera privada para o espaço público, transformando em um problema político e social.

É importante salientar que a violência praticada contra a mulher é gerada dentro de um ciclo (SAFFIOTI, 2001), por tempo indeterminado e no qual deixa marcas profundas na alma da mulher. Este ciclo, porém, se não for rompido, se repetirá por inúmeras vezes, mesmo que o agressor volte atrás, se mostre arrependido, se desculpe com a parceira, não há comprovação de fato de que o ciclo da violência se rompeu. Para encerrar a reincidência da violência, só rompendo a relação ou no caso, o ciclo, para se livrar dos abusos e, mesmo assim, muitos agressores voltam a procurar as parceiras e cometem agressões ainda piores, motivados pela não aceitação do fim do relacionamento, pelo sentimento de traição ou posse.

A violência não é apenas física, pode ser gerada de outras formas que, apesar de não deixarem marcas visíveis no corpo da mulher, causam uma série de danos psicológicos que exigem maiores cuidados da saúde dela. Dentre os tipos de violência que as mulheres sofrem, identificam-se:

#### **QUADRO 1 – TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

<b>Tipo de violência</b>	<b>Descrição</b>
Violência física	Ato de ferir e causar danos ao corpo e é caracterizada por tapas, empurrões, chutes, murros, dentre outros.
Violência sexual	Ato de obrigar a vítima a manter relação sexual não desejada, sem consentimento, caracterizando estupro, e/ou impedindo a vítima de usar instrumentos contraceptivos ou de segurança para evitar a transmissão e doenças sexuais.

Violência psicológica ou emocional	Conduta que resulte em dano emocional como o desrespeito, o desprezo, as humilhações, xingamentos, gritos, entre outras ações que caracterizem transgressões de valores morais.
Violência moral	Conduta que resulta em calúnia, difamação ou injúria.
Violência doméstica	Ocorre dentro de suas casas e é praticada pelo companheiro ou alguém que tenha parentesco com a vítima, como um irmão, pai ou padrasto, geralmente sendo um homem o agressor.
Violência patrimonial ou financeira	Conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.
Violência institucional	Praticada nas instituições, perpetrada por agentes que deveriam proteger as mulheres vítimas de violência garantindo-lhes uma atenção humanizada.

Fonte: Saffioti, 2001.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é conceituada como o uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que tenha como consequência ou grande possibilidade de resultar em lesão, morte ou dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (ZUMA, 2005).

Segundo estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2006, “violência contra a mulher” é todo ato de violência praticado por motivos de gênero, dirigido contra uma mulher (GADONI-COSTA & DELL’AGLIO, 2010).

É importante destacar que no contexto da América Latina, entre 25% a 50% são de mulheres vítimas de violência doméstica. Diante desse cenário, os dados também mostram que uma mulher que sofre violência dentro de casa geralmente tem uma renda salarial mais baixa do que aquela mulher que não vive em situação de violência. Isto demonstra que a violência contra a mulher não apenas atinge o âmbito familiar, mas a sociedade como um todo. Estima-se que o custo da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país (RIBEIRO & COUTINHO, 2011).

Pesquisas realizadas em alguns países mostram que o percentual de mulheres que afirmam terem sido agredidas fisicamente por um homem chegou a 50%. Especificamente no Brasil de acordo com uma pesquisa realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo, informa que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil e mais de 2 milhões de mulheres são espancadas a cada ano por seus maridos ou namorados, atuais e antigos.

A literatura é vasta em descrever as dimensões da violência e suas possíveis consequências para a saúde e o bem-estar. Pesquisas correlacionam a violência distúrbios gastrointestinais, lesões, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada, sentimento de culpa, baixa autoestima, depressão, ansiedade, suicídios (OLIVEIRA ET AL., 2005; VILLELA, 2008).

De acordo com uma pesquisa realizada em 2003, através de relatos da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) informou que as pessoas que vivem em contexto violento, que tende à violência, também se encontram em maior risco de sofrer desordens alimentares, alcoolismo e abuso de outras drogas, estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, fobias, pânico e baixa autoestima.

Saffioti (2015) trata a violência como uma ruptura da integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a integridade psíquica e moral situa-se fora do palpável. A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais ou sexuais é vista por cientistas como indivíduos com maior probabilidade de praticar atos violentos, de reproduzir as violências sofridas. Porém não é sempre que essa hipótese é confirmada, mulheres que tenham sido vítimas de grandes traumas podem apresentar resiliência após longo sofrimento. O abuso sofrido costuma deixar grandes feridas no psicológico da mulher e sangram diante de uma situação ou um fato que lembre o abuso sofrido. As feridas do corpo podem ser tratadas com êxito em um grande número de casos, no entanto as feridas da alma, mesmo que sejam tratadas, as probabilidades de cura são muito reduzidas (SAFFIOTI, 2015).

Para a filósofa Marilena Chauí (2015), a violência pode ser vista não como violação de normas ou leis, mas sim, como uma mudança de uma diferença, de uma disparidade presente em uma relação de desigualdade, que objetiva dominar, explorar e oprimir. Como também, pode ser compreendida como uma ação que trata uma pessoa não como sujeito, mas sim como uma coisa, sendo ela anulada, silenciada,

demonstrando passividade. Para Chauí, a violência contra a mulher é resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres, que define a condição “feminina” como inferior à condição “masculina”.

O conceito de gênero, entendido como construção social do masculino e feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres passa a ser utilizado para compreender as complexidades do tema (SANTOS&PASINATO, 2005). Portanto, o uso do conceito de gênero ainda é bastante utilizado como sinônimo dos estudos de mulheres, o termo “violência contra a mulher” foi substituído por “violência de gênero” no qual reforça a ideia de Lia Zanotta (2013) de que esse uso se tornou cada vez mais generalizado. Violência de gênero é um conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos (SAFFIOTI, 2001).

Entre dezembro de 1982 e fevereiro de 1983, Azevedo (1985), a primeira a publicar sobre este tema, baseado em 293.005 boletins de ocorrência lavrados de cinquenta Distritos Policiais de São Paulo, levantou 2.316 referentes à violência física. Casos isolados de violência sexual não foram considerados, mas apareceram alguns associados à violência física. Esta investigação consistiu em um levantamento quantitativo, obviamente importante para dimensionar a magnitude do fenômeno no Município de São Paulo, mas não avançou na compreensão da violência de gênero, já que não tinha o propósito de coletar informações de ordem qualitativa e, portanto, de submetê-las a análise.

A violência contra a mulher envolve não apenas aquela cujos perpetradores são parentes ou conhecidos da vítima. De certo ângulo, a violência contra a mulher constitui um fenômeno mais amplo que o da violência doméstica, não significando que esta última esteja confinada ao domicílio ou à família, no qual ocorra predominantemente na residência, também acontece fora dela. Quanto ao fato de seus perpetradores serem ou não familiares da vítima, a questão é um pouco mais complexa (SAFFIOTI, 1992).

Ainda que não seja importante a relação biológica, em quase todo domicílio tem um *pater familias*, no qual o poder se estende sobre os outros moradores. Obviamente, não se está falando de inquilinos de cômodos da casa, mas do grupo domiciliar quase família. Trata-se de afilhadas(os), empregadas(os) domésticas(os),

agregadas(os), etc. O estabelecimento e a consolidação do domínio do *pater familias*, embora estejam, via de regra, vinculados à consanguinidade, rigorosamente independem dela (SAFFIOTI, 1992).

Quando se usa a expressão “violência contra a mulher” ganha-se um espaço para além da violência doméstica, mas se perde grande parte da violência de gênero contida especificamente nas violações dos direitos de crianças e adolescentes, assim como de idosos, por parte, sobretudo, de agressoras. Não se está afirmando que mulheres, mormente mães que convivem cotidianamente com seus filhos, sejam as maiores inimigas das crianças. É raríssimo uma mulher praticar violência sexual contra crianças. As estatísticas internacionais estimam entre 1% e 3% a proporção de agressões sexuais. Assim, na quase totalidade dos casos, o agressor é homem (SAFFIOTI, 1992).

O patriarca detém o “direito” à posse, inclusive sexual, de sua prole, especialmente da feminina, o que conta na defesa do uso da expressão violência contra a mulher. Porém como o fenômeno do abuso sexual é pouco conhecido e muito negado, não constitui argumento maior das(os) defensoras(es) dessa postura. Na verdade, contam dados, pois é mínimo o percentual de mulheres que espancam seus maridos (SAFFIOTI, 1992).

Nos anos 1970, feministas da Universidade de Cornell designaram pela primeira vez sob o nome de “assédio sexual” (*sexual harassment*) a esse gênero de condutas masculinas. Elas se referiam então, mais concretamente, às práticas observadas no contexto das relações de trabalho com os homens. A partir de 1975, esse conceito se generalizou nos países anglo-saxônicos. Entretanto, e apesar das análises feministas, o assédio sexual somente foi considerado um fenômeno importante a partir dos anos 1980 (ALEMANY, 2009).

Em contrapartida, algumas feministas americanas recusam limitar o fenômeno às relações de trabalho, porque elas o consideram uma forma de relação de poder entre o homem e a mulher exercida igualmente em outras situações (FARLEY, 1978). Por outro lado, há aquelas que se centram no âmbito profissional e enfatizam que o assédio sexual é um elemento determinante da segregação feminina no mercado de trabalho (STANKO, 1988).

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas de construções sociais, e isto quer dizer que não são uma

coleção de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as interações sociais de sexo que possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Em relação às desigualdades de gênero, é notável que a nossa sociedade não opera de forma igual a divisão sexual do trabalho e a responsabilização com os cuidados do lar. Apesar das transformações ocorridas relativa às mulheres no exercício do trabalho remunerado, elas ainda continuam a dedicar mais tempo que os homens às tarefas domésticas e pelo lado da esfera pública elas obtêm menos rendimentos do que eles. As mulheres são pouco valorizadas no mercado de trabalho, não ocupam cargos de chefia ou de representatividade na política de forma plena e igualitária como os homens (BIROLI, 2018).

No entanto, como afirma Biroli (2018), as desigualdades de gênero são sentidas a partir deste momento em que as meninas e as mulheres permanecem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, como cerne do patriarcado, exploração matriz que torna possível outros tipos de exploração.

As posições distintas de mulheres e homens na vida doméstica continuam sendo uma questão central em primeiro lugar por razão de que o trabalho doméstico e os cuidados desempenhados gratuitamente pelas mulheres constituem os circuitos de vulnerabilidade que as mantêm em desvantagem nas diferentes dimensões da vida, tornando-as mais expostas à violência doméstica e impondo obstáculos à participação do trabalho remunerado e na política. Em segundo lugar, a alocação destas responsabilidades no qual pesam mais sobre os ombros das mulheres é institucionalizada e decorre de decisões políticas (BIROLI, 2018).

### **3.1 UM PANORAMA DAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NAS**

## UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Neste capítulo, apresentamos algumas considerações em relação à violência contra a mulher nas universidades. Para dar base à esta pesquisa utilizamos autoras que investigam o cenário atual das instituições de ensino no Brasil, que apresentam suas teorias relacionadas às causas da dinâmica da violência produzida nos espaços educacionais e revelam um diagnóstico da violência contra as mulheres no ensino superior.

Apesar de a instituição de ensino superior pública ser um campo altamente valorizado para a formação de futuros profissionais das mais diversas áreas, um lugar de trocas de conhecimentos e obtenção de títulos a exemplos do mestrado e doutorado, espaços para profundos debates na comunidade, campo de investigação social e realização de importantes pesquisas científicas na sociedade, constatamos que a desigualdade e discriminação de gênero se colocam de forma explícita e repetidamente.

Infelizmente nas universidades brasileiras tem sido frequente as denúncias de vários tipos de violências às servidoras docentes, servidoras técnico-administrativas e trabalhadoras terceirizadas por parte de homens, na grande maioria, vinculados, ou não, à instituição. Contudo, os maiores casos investigados de violência sexual em universidades brasileiras ocorrem com as alunas e vale ressaltar também o fato de universidades estrangeiras passarem por problemas semelhantes (ALMEIDA, 2017).

No ano de 2015 em algumas universidades brasileiras, grupos de mulheres resolveram denunciar as violências sofridas, no qual elas tiveram como consequências dos traumas vivenciados diversos problemas que afetaram tanto o aprendizado acadêmico (ocasionando no abandono do curso), quanto aos problemas relacionados à saúde mental e física (PORTO, 2017).

Em relação aos dados da violência, 67% das mulheres relataram sofrer algum tipo de violência dentro das universidades ou em festas acadêmicas e 42% delas afirmaram sentir medo de sofrer violência nesses ambientes. Na percepção dos homens 38% admitiram ter cometido assédio sexual, violência sexual, violência física, desqualificação intelectual com base em gênero e agressão moral ou psicológica (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015).

Vêm sendo criados coletivos feministas, que se tratam de grupos ou organizações políticas com o objetivo de acolher as vítimas e tirar os casos de violência da invisibilidade exigindo providência dos(as) gestores(as) universitários(as) e das autoridades policiais e jurídicas, além de criar formas de estratégias de resistência e proteção às vítimas (ALMEIDA, 2017). É de suma importância os coletivos feministas para o combate à violência contra a mulher e gênero, pois ao invés das autoridades da lei protegerem as mulheres que denunciam e punir os seus agressores, muitos casos ficam impunes, sem soluções.

Os resultados, de modo sintético, da primeira pesquisa realizada de cunho nacional a pedido do Instituto Avon ao Data Popular, sob o título “Violência contra a mulher no ambiente universitário” (2015), revelaram que assédio e violência sexual fazem parte do cotidiano universitário, o qual se configura como tenso e estressante para as mulheres. Muitas das alunas sentem medo de sofrer violências nas dependências da universidade e evitam algumas atividades de ensino, pesquisa e extensão para se protegerem.

Contudo, apenas 10% delas afirmaram espontaneamente ter vivenciado algum tipo de violência nesse ambiente, mas, se questionadas se tinham experienciado itens de uma lista, o número chegou a quase 70%. Isso é, do total das alunas, 67% disseram já ter sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente universitário; **56% sofreram assédio sexual; 52% passaram por agressão moral ou psicológica; 49% experienciaram a desqualificação intelectual; 42% sentiram medo de sofrer violência; 28% sofreram violência sexual** (estupro, tentativa de abuso enquanto estiveram sob efeito de álcool em festas, foram tocadas em seus corpos sem consentimento e foram forçadas a beijar por aluno veterano); **18% sofreram coerção; 10% relataram ter vivido violência física.**

Os resultados desta pesquisa revelaram que o assédio e a violência sexual fazem parte do cotidiano universitário, configurando como tenso e estressante para as mulheres já que elas frequentam a universidade diariamente, muitas revelam sentir medo de sofrer violências nas dependências da universidade e sendo assim elas evitam participar de algumas atividades de ensino, pesquisa e extensão para se protegerem (ALMEIDA, 2017).

**TABELA 1 – VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO**

Assédio sexual	56%	
----------------	-----	--

Agressão moral ou psicológica	52%	
Desqualificação intelectual	49%	
Medo de sofrer violência	42%	
Violência sexual	28%	
Coerção	18%	
Violência física	10%	

Fonte: Instituto Avon

Esta pesquisa se revelou de extrema importância, devido à escassez de trabalhos investigativos deste fenômeno do qual se trata da violência em ambientes universitários. A violência contra a mulher dentro das universidades, que antes era silenciada, agora passa a ser denunciada e os coletivos feministas surgem para abordar essas questões de forma ampla e aberta no contexto da comunidade acadêmica e para a sociedade, exigindo políticas públicas de combate e enfrentamento a esse fenômeno social (PORTO, 2017).

Esta autora relata que em meados dos anos 1980 uma estudante foi abusada por um professor no início do curso de Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e não teve nenhum tipo de apoio. Trinta anos depois, ela revela que ainda escuta as mesmas queixas de quando era estudante. Todavia, nos últimos anos os espaços para as mulheres serem ouvidas aumentaram e hoje há bem mais possibilidades e meios para enfrentar as desigualdades de gênero.

“O trote universitário: a festa da intolerância e humilhação feminina” (2011), de Lourdes Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida, discute trotes das 388 calouras da Faculdade de Agronomia e Veterinária (FAV) da Universidade de Brasília (UnB), que foram motivo de denúncia à Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e estiveram à época sob sindicância na instituição de ensino superior.

Esses episódios provocaram grande indignação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, uma vez que a violência aí perpetrada não só se dirigia àquelas que a vivenciaram, mas feria a dignidade de todas as mulheres.

Quais, portanto, os valores e interesses que estão presente nas “brincadeiras” de se fazer as calouras, em plano abaixo ao dos líderes, lambereem uma lingüiça lambuzada de leite condensado, numa representação vulgar de sexo oral? Serem leiloadas por seus atributos físicos, tendo como parâmetro estético aquelas tidas como “gostosas” para o sexo? Terem que declamar o

juramento de que não diminuirão o “p.” dos veteranos, não ficarão barrigudas e carecas, assim como terem que ouvir dos calouros que estes as fornecerão para os veteranos, como se fosse propriedade daqueles e moeda de troca para garantir o bem-estar deles nesse meio? (BANDEIRA e ALMEIDA, 2011, p.1).

Quando se trata de violência no ambiente universitário, o assédio moral não é um caso isolado, é um tipo de violência frequente que ocorre no local de trabalho. Na Universidade de Brasília as mulheres representam 52% do total de trabalhadores.

Segundo Freitas, Heloani e Barreto (2008), o assédio moral é caracterizado por:

Uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger e demolir psiquicamente um indivíduo ou um grupo, degradando suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco sua integridade pessoal e profissional (p. 37).

A tipificação do assédio moral divide-se em: vertical descendente, quando parte do superior hierárquico em relação a seu(s) subordinado(s); vertical ascendente, quando parte de um ou mais trabalhadores em relação ao seu superior hierárquico; horizontal simples, quando parte de um ou mais trabalhadores em relação a colega e finalmente misto, caracterizado pela presença do assédio horizontal duradouro que, depois de certo tempo, em virtude da omissão da chefia, pode passar a ser vertical descendente (NUNES, 2011).

É necessário discutir estas questões relacionadas ao assédio pois a violência no ambiente universitário é uma realidade no qual não podemos mais silenciar. É urgente questionar o corporativismo dentro das instituições que não solucionam e continuam deixando brechas para a violência contra a mulher que deveria ser extinta. É importante destacar que, de acordo com os professores mais antigos do Departamento de Ciências Sociais, ao qual pertence o PPGS, a UFPB se tornou vanguarda em movimentos feministas e sindicais desde os anos 1980 do século passado. Duas cientistas fizeram parte deste departamento: Lourdes Maria Bandeira, hoje na UnB, e Eleonora Menicucci de Oliveira, hoje na Universidade Federal de São Paulo. A primeira se tornou teórica de questões sobre a violência contra a mulher e a segunda foi ministra da Secretaria da Mulher do governo de Dilma Rousseff.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste capítulo foram apresentados os resultados da pesquisa de campo a começar pela descrição da dinâmica do Comitê de Políticas e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Universidade Federal da Paraíba - COMU. Também serão analisadas as falas das entrevistadas, além da apresentação de dados e quadros informativos sobre a violência contra as mulheres em diversos contextos.

#### **4.1 O FUNCIONAMENTO E A DINÂMICA DO COMU - COMITÊ DE POLÍTICAS E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (COMU/UFPB)**

Constatamos através dos dados do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Universidade Federal da Paraíba (COMU/UFPB) que mulheres, entre elas, estudantes, servidoras docentes ou técnicas administrativas e prestadoras de serviços da UFPB denunciaram as violências que sofrem dentro de casa ou na instituição pública.

A COMU é dividida em Setor de Prevenção, Setor de Acolhimento e Orientação e Setor de Enfrentamento. No Setor de Prevenção são realizadas as campanhas de prevenção, a formação de profissionais da UFPB, o apoio Institucional aos projetos de ensino, pesquisa e extensão e a comunicação. No Setor de Acolhimento e Orientação é feito o acolhimento da mulher que passou por uma situação de violência, o atendimento com **escuta ativa** e sigiloso, o registro interno, o encaminhamento interno e externo em articulação com o Setor de Enfrentamento e o acompanhamento durante a denúncia e apuração, de acordo com a legislação vigente. E, no Setor de Enfrentamento ocorre a notificação das denúncias à Ouvidoria e aos setores competentes, onde se faz o monitoramento das denúncias apuradas internamente na UFPB. Também é realizada uma articulação direta com Pró-Reitorias e Corregedorias no campo da execução da política e a assessoria às direções de centro para composição das sindicâncias, quando necessário.

Para o mapeamento da rede externa da COMU, foi realizado contato com integrantes da Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual – REAMCAV - para o fornecimento dos contatos. Atualmente a COMU integra oficialmente a REAMCAV e tem estabelecido contatos e articulações

regulares com estes serviços, inclusive mediante Protocolo de Intenções firmado entre a UFPB, a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba, Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba e Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de João Pessoa. Durante a pandemia, a COMU continuou atendendo as demandas dos setores de acolhimento e orientação de forma remota (online).

De acordo com os dados da COMU, o comitê atendeu, entre 2018 e 2019, em sua maioria, mulheres que estudam ou trabalham no Centro de Ciências de Saúde (CCS) e Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), com **20,7%** cada um. Em segundo lugar, mulheres que trabalham na Reitoria, (17,2%), seguido do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) com 13,8%, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, com **10,3%**. Dentre as 29 mulheres atendidas durante o ano de 2019, 68,9% são estudantes, 17,2% trabalhadoras terceirizadas, 6,9% servidoras técnicas administrativa e 3,4% servidoras docentes da instituição. Há, ainda, além desses números, 3,4% de mulheres que não citaram a que centros estão ligadas, mas, que convivem na UFPB.

**TABELA 2 – MULHERES ATENDIDAS PELO COMITÊ DURANTE O ANO DE 2019 DE ACORDO COM OS CENTROS DE ENSINO DA UFPB**

Centro de Ciências de Saúde (CCS) e Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA)	<b>20,7%</b>
Centro de Comunicação Turismo e Artes (CCTA)	<b>13,8%</b>
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	<b>10,3%</b>

Fonte: COMU/UFPB

**Obs.: Destaca-se que 17,2% das mulheres que trabalham na Reitoria foram atendidas pelo Comitê.**

Esses dados destacam a incidência maior (o dobro) de violência tanto no Centro de Ciências da Saúde – Medicina, Enfermagem, Odontologia, etc. - quanto no Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Ciências Contábeis, Administração, etc. -, que estão mais distantes de Ciências Humanas – Sociologia, História, Antropologia, Psicologia, etc. A grande maioria, quase **70%**, são de estudantes.

Dentre os tipos das violências sofridas, **20,7%** são de **assédio moral**, **17,2%** **ameaça de agressão** ou **agressão física**, que são índices próximos. Há também equivalência de **13,8%** de **violência institucional** (de superiores e subalternos) e **13,8%** de **assédio/importunação sexual**, além de alarmantes **10,3%** de **estupro**, e **10,3%** de **agressão verbal**, seguindo de 13,8% de outros tipos de violência como **transfobia** (violência contra transexuais), **racismo** e **violência patrimonial** (prejuízo financeiro ou dano material). Entre as violências relatadas, **82,7%** **ocorreram na instituição**, e 17,2% fora da UFPB. 44,8% das violências sofridas foram denunciadas na Ouvidoria da UFPB. Ainda, 17,2% fizeram denúncias em Delegacias (DEAM, Delegacia de Crimes Homofóbicos<sup>5</sup> e delegacias comuns), e 3,45% destas mulheres estão com medida protetiva de urgência. Destaca-se que no caso das mulheres com medidas protetivas a COMU apresenta a possibilidade de serem acompanhadas pelos serviços da Patrulha Maria da Penha<sup>6</sup>.

**TABELA 3 – TIPOS DE VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR MULHERES NA UFPB**

Assédio moral	<b>20,7%</b>
Ameaça de agressão ou agressão física	<b>17,2%</b>
Violência institucional	<b>13,8%</b>
Assédio sexual	<b>13,8%</b>
Transfobia, racismo e violência patrimonial	<b>13,8%</b>
Agressão verbal	<b>10,3%</b>
Estupro	<b>10,3%</b>

Fonte: COMU/UFPB

A violência contra a mulher na UFPB acontece em espaços de trabalho das servidoras docentes e técnicas administrativas e funcionárias terceirizadas (27,5%),

<sup>5</sup> O termo “homofóbicos” é utilizado para se referir à homofobia que se trata da rejeição ou aversão a homossexual e à homossexualidade, no qual se configura crime perante a lei.

<sup>6</sup> A Patrulha Maria da Penha consiste no atendimento pessoal e periódico às mulheres que solicitaram ou que possuem Medidas Protetivas de Urgência na Paraíba, preconizada na Lei Maria da Penha. Possui como finalidade acolher mulheres acima de 18 anos que solicitaram medida protetiva, que residem na capital, ou nas cidades do litoral sul e norte do estado, correspondendo a 26 municípios, oferecendo acompanhamento com foco na prevenção à atos de violações dos direitos humanos das mulheres, garantindo maior proteção às todas que solicitaram Medidas Protetivas de Urgências nas delegacias especializadas, procedendo também com encaminhamentos daquelas em situação de violência doméstica e familiar à rede de atendimento no âmbito Municipal ou Estadual.

no local de estágio das estudantes, (13,8%), setor de atendimento a discentes (13,8%) e, na Residência Universitária (10,3%). Dos demais casos relatados, 17,2% ocorreu em salas de aulas, WC feminino, estacionamento e praça da instituição. Tratam-se de violências praticadas por estudantes (namorado/ ex-namorado/colega) (20,6%), por servidores docentes e técnicos administrativos (17,2%). A UFPB e superiores de trabalho são responsáveis por 13,8% das violências sofridas cada um. Mulheres servidoras docentes e técnicas administrativas são 10,3% das pessoas que praticam violência dentro da universidade. Violências cometidas por colegas de trabalho ou desconhecidos correspondem a 6,8% dos casos.

Das violências relatadas 17,2% ocorreram em ambientes externos a UFPB, sendo 6,9% cometida por ex-namorado/ex-companheiro. Pessoas sem vínculo afetivo ou pessoa desconhecida correspondem a 6,9%. O mesmo percentual de violências praticadas por colegas de trabalho. Ameaça de agressão, agressão verbal e violência física foram as violências praticadas fora da universidade, sendo 3,4% para cada um dos três tipos relatados.

**TABELA 4 – LOCAIS QUE OCORRERAM AS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NA UFPB**

Espaços de trabalho das servidoras docentes e técnicas administrativas e funcionárias terceirizadas	<b>27,5%</b>
Salas de aulas, WC feminino, estacionamento e praça da instituição	<b>17,2%</b>
Setor de atendimento a discentes	<b>13,8%</b>
Local de estágio das estudantes	<b>13,8%</b>
Residência Universitária	<b>10,3%</b>

Fonte: COMU/UFPB

**TABELA 5 – PESSOAS QUE PRATICARAM AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES NA UFPB**

Estudantes (namorado, ex-namorado ou colega)	<b>20,6%</b>
Servidores docentes e técnico administrativos	<b>17,2%</b>
Mulheres servidoras docentes e técnicas administrativas	<b>10,3%</b>
Colegas de trabalho ou desconhecidos	<b>6,8%</b>

Pessoas sem vínculo afetivo ou pessoa desconhecida	6,9%
--	------

Fonte: COMU/UFPB

## 4.2 OS DADOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PANDEMIA DA COVID-19

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a situação de milhares de mulheres já era bastante dramática em períodos anteriores e, no contexto atual, assistimos perplexos o agravamento dos casos de violência doméstica em razão da medida de isolamento social devido à transmissão do coronavírus. Este vírus se alastrou em diversos países ao redor do mundo. Embora eficaz do ponto de vista sanitário, esse regime de isolamento social impôs às vítimas um convívio mais intenso com o agressor, em geral o seu parceiro.

O maior tempo vivido em casa aumentou também a carga do trabalho doméstico, intensificou a convivência com crianças, idosos e familiares e a ampliação da manipulação física e psicológica do agressor sobre a vítima. Conforme informado pela ONU Mulheres, o aumento de casos de violência doméstica passou a ser sentido na grande maioria dos países que decretaram quarentena.

O número de registros das denúncias de vítimas de violência doméstica diminuiu durante este período da pandemia, principalmente no Brasil e na Itália, tanto em função das medidas que exigem distanciamento e isolamento social quanto o fato do agressor estar mais presente no lar, constringendo e diminuindo a possibilidade de a mulher realizar uma ligação telefônica ou mesmo de ela se dirigir até uma autoridade competente para comunicar o ocorrido. Enquanto isso em outros países, como França, Espanha e China, aumentavam o número de ocorrências e de solicitações de linhas de ajuda durante a pandemia.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a redução dos registros de algumas ocorrências neste período não representa uma diminuição de casos de violência contra a mulher e sim mais dificuldades e obstáculos que as mulheres encontraram na pandemia para denunciar a situação de abuso a que estão submetidas. Além disso gerou instabilidade dos serviços de proteção nesse período, com o número de servidores e horários de atendimento reduzidos e aumento das demandas.

Estes fatores foram resultados do monitoramento dos registros de ocorrências dos feminicídios, homicídios de mulheres, lesão corporal dolosa, ameaça, estupro e

estupro de vulnerável e concessões de medidas protetivas de urgência em 12 Ufs brasileiras entre os meses de março, abril e maio de 2020. Constatou-se que durante esse período houve queda no registro na maior parte desses crimes, com exceção da violência letal contra as mulheres que apresentou crescimento (PIMENTEL, 2020).

A ONU fez recomendações para orientar os países no enfrentamento da violência contra a mulher durante o período da pandemia, destacando a necessidade de maiores investimentos em serviços de atendimento online, estabelecimento de serviços de alerta de emergência em farmácias e supermercados e criação de abrigos temporários para vítimas de violência de gênero. Apesar das recomendações, não foram todos os países que assumiram estas medidas como prioridade.

Embora o governo brasileiro tenha se posicionado publicamente sobre a questão em relação às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher, quando se compara a medidas adotadas por outros países, tal como demonstrado na tabela abaixo, percebe-se que no Brasil as iniciativas divulgadas não foram suficientes para combater a violência doméstica neste período da pandemia. Portanto, as medidas anunciadas pelo governo brasileiro estiveram mais focadas na expansão de canais de denúncias, campanhas e recomendações gerais sobre atuação das redes de proteção à mulher, que embora importantes, não apresentaram saídas concretas e imediatas à situação.

## **QUADRO 2 – MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO ADOTADAS PELOS PAÍSES NA PANDEMIA**

<b>Recomendações da ONU</b>	<b>Criação de abrigos temporários para vítimas de violência de gênero</b>	<b>Estabelecimento de serviços de alerta de emergências em supermercados e farmácias</b>	<b>Maiores investimentos em serviços de atendimento online</b>	<b>Maiores investimentos em organizações da sociedade civil</b>	<b>Declaração de abrigos e serviços de atendimento à mulher como essenciais</b>
<b>França</b>	Transformação de quartos de hotéis em abrigos temporários para mulheres em situação de violência doméstica	Criação de centros de aconselhamentos em supermercados e farmácias para que as mulheres possam fazer a denúncia ao saírem para fazer compras	Expansão dos canais de denúncia telefônica	Liberação de recursos para organizações da sociedade civil que trabalham no enfrentamento à violência contra a mulher	

<b>Itália</b>	Transformação de quartos de hotéis em abrigos temporários para mulheres		Criação ou adaptação de aplicativos online para a realização de denúncias		
	em situação de violência doméstica				
<b>Espanha</b>	Transformação de quartos de hotéis em abrigos temporários para mulheres em situação de violência doméstica	Criação de centros de aconselhamentos em supermercados e farmácias para que as mulheres possam fazer a denúncia ao saírem para fazer compras	Criação ou adaptação de aplicativos online para a realização de denúncias; Serviços de apoio e atendimento psicológico às mulheres em situação de violência doméstica por whatsapp		Decretação dos serviços de atendimento à mulher como essenciais
<b>Uruguai</b>					Decretação dos serviços de atendimento à mulher como essenciais
<b>Argentina</b>		Criação de centros de aconselhamentos em supermercados e farmácias para que as mulheres possam fazer a denúncia ao saírem para fazer compras			Decretação dos serviços de atendimento à mulher como essenciais
<b>Brasil</b>			Criação ou adaptação de aplicativos online para a realização de denúncias; Expansão dos canais de denúncia telefônica		

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Nessa tabela as situações do Brasil e Uruguai ficaram gritantemente lacunosas na comparação com os outros países mencionados. É importante ressaltar que esses

dois países são estruturalmente diferentes em termos políticos e econômicos, ainda que as recorrentes práticas de violência contra a mulher seja um ponto em comum a ambos.

### **4.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Participaram da pesquisa três mulheres com variação da idade de 27, 36 e 57 anos. Em relação ao nível de escolaridade, todas possuem ensino superior completo. Sobre o estado civil, duas das entrevistadas são solteiras e apenas uma se declarou casada. A renda mensal aproximada de três participantes foi de até quatro salários mínimos. Uma relatou renda de até um salário mínimo, outra relatou renda entre um e dois salários mínimos e outra entre três e quatro salários mínimos. Quanto ao número de filhos, apenas uma participante possui três filhos, que já são adultos. Apenas uma mora com o companheiro, das duas participantes que são solteiras uma mora com familiares e a outra com uma colega de quarto. Os nomes das participantes apresentados nos relatos são fictícios. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

É de suma importância reconhecer que a violência contra a mulher não está associada somente às suas características socioeconômicas, mas também, e principalmente, aos aspectos associados ao gênero. A violência de gênero é ironicamente “democrática”, uma vez que atinge diferentes classes sociais e níveis de escolaridade (BRASIL, 2002; SAFFIOTI, 2015; TAVARES; NERY, 2016).

Porém, fatores como o desemprego e o baixo nível socioeconômico tornam as mulheres mais suscetíveis às agressões, sendo importantes fatores contribuintes para a violação dos seus direitos e intensificadores da condição violenta em que muitas delas se encontram (SAFFIOTI, 2015; TAVARES; NERY, 2016).

## **4.4 ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS PERCEPÇÕES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA UFPB**

### **4.4.1 Tipos de violências identificados na UFPB**

## Relato de “Rosângela” [Violência doméstica]

Nesta categoria, a participante *Rosângela* de 57 anos de idade relatou a situação de violência doméstica ocorrida em seu primeiro relacionamento amoroso quando tinha 18 anos e era estudante de um curso superior da Universidade Federal da Paraíba.

*“...ele começou com agressões verbais e aos poucos com empurrões”, “xingamentos, agressões, chegou a socos, a socos mesmo de o olho ficar roxo”.*

Nota-se através do seu relato que o ex-companheiro da vítima apresentava uma personalidade ciumenta e possessiva, pois não aceitava o fato de a companheira estudar e frequentar aulas, acusando-a de infidelidade frequentemente. A violência doméstica se iniciou com agressões verbais e aos poucos foi se tornando violência física, como se observa nas frases acima.

O machismo está presente na convivência com o seu ex-companheiro, quando se percebe que há um controle masculino na vida da companheira, impedindo-a de ter autonomia e liberdade no fato de ele não aceitar que ela tenha contato com os amigos e acesso à universidade. Segundo ela, as agressões foram desferidas por motivo fútil de ciúmes da sua relação acadêmica com os colegas e professores. O discurso abaixo evidencia o machismo, controle masculino e posse:

*“E aí depois começaram a surgir os filhos, o primeiro filho, aí nessa época dos filhos as agressões aumentam, porque eu acho que é quando o agressor se sente mesmo o dono da mulher e sente que ela tá completamente dominada”; “eu dependia economicamente dele, eu cuidava do bebê, do meu primeiro filho, e ia pra universidade, quando eu voltava aí novamente tinha ciúmes dos meus professores, quando eu falava o nome de tal professor e ele conhecia, aí ele falava ‘cuidado que esse cara vai dar em cima de você’”.*

Segundo Saffioti (1987), dentro de algumas famílias, a mulher representa o papel de cuidadora, responsável pelas tarefas do lar, sendo, muitas vezes, privada de seus direitos de ir e vir, de trabalhar e obter autonomia financeira. Com sua liberdade condicionada à criação dos filhos, mantém-se em silêncio perante a violência. É de

suma importância compreender que as violências vivenciadas por essas mulheres vão além das agressões físicas, sexuais e patrimoniais. A violência está presente desde a primeira humilhação vivenciada por ela e no fato de ser impedida de ter uma vida mais digna e com qualidade.

Pode-se observar através do relato da participante que ela era dependente financeiramente do companheiro e por já ter tido um filho com ele continuou aceitando as violências sem consciência que estava sendo violada de seus direitos sociais como mulher.

*“eu não tinha consciência que era agressão; aí as pessoas diziam... “como é que você não tem consciência? O cara lhe dar um soco você não tem consciência?”; “A vítima ela também tem problemas, não só o agressor; de qualquer maneira ele não é uma pessoa ruim, perversa, eu acredito que ele é vítima da vida também”.*

Aqui se percebe que a falta de consciência da entrevistada muito se deve a sua dependência financeira em relação ao marido, chegando ao ponto de ela afirmar que - apesar da violência - o agressor “não é uma pessoa ruim”, ou seja, ela aponta uma vitimização do mesmo. Diante das violências sofridas, a participante revela que saiu da casa que vivia com o agressor inúmeras vezes, buscando acolhimento na casa da mãe e algumas vezes na casa de uma amiga, porém ela relata que sempre retornava à relação e ao convívio com o companheiro após ele pedir perdão pelas agressões e afirmar que o fato não mais iria acontecer.

Em seu discurso, ela relata que acreditava que ele a amava muito e por isto ele a procurava para pedir perdão; sendo assim ela o perdoava e acreditava na possibilidade de uma mudança efetiva no caráter do seu companheiro. No entanto, tempos depois as agressões retornavam e a vítima novamente se refugiava na casa da sua mãe e voltava para a casa após o companheiro ir atrás dela pedindo perdão, como demonstra abaixo:

*“fui viver muito apaixonada, me apaixonei demais, ele também me amava muito”; “eu acreditava assim que tinha sido um amor perdidamente e aquilo era tudo pra mim”; “Eu me separava...mas só que o agressor...pelo menos o tipo de agressor que eu tive...voltava...pedia perdão”; “**eu achava que por***

*ele me amar tanto, ele tinha esse ciúmes, porque eu era muito especial, chegando a agredir”; “eu acreditava que esse amor era tão forte, tão especial, que podia ser perdoado”.*

Portanto, percebe-se que a família pode ser uma propagadora da violência quando impõe, na vigência do modelo patriarcal, uma sujeição do gênero feminino. A existência dessa submissão já pode ser designada como um tipo de violência, que faz da mulher um sujeito vulnerável (SAFFIOTI, 2015). Além disso, esses valores são repassados aos sujeitos e serão levados para a sua vida em sociedade (SILVA et al., 2012).

Pelos grifos nota-se que a entrevistada justificava a agressão pela intensidade do amor que o agressor dizia sentir por ela. Percebe-se que ela se sentia “lisonjeada” como pessoa especial pelo chamado “amor forte” que ele tinha por ela.

*“Fui muito prejudicada! Você é agredida, você tá com um olho roxo, aí você vai pra universidade com aquele olho roxo escondendo, você bota óculos escuro”; “o curso que eu fiz que eu duraria no máximo 4 anos, eu fiz em quase 8 anos o curso porque eu trancava”; “Eu fiz o exame de corpo e delito, eu estava grávida de 3 meses, eu tenho esse BO e lá consta que estou grávida de 3 meses e consta no documento as agressões. Com esse ocorrido, você acha que eu tinha condições de ir na segunda-feira assistir aula? Fazer um curso? Eu grávida. Tranquei, trancava”.*

Então, a vítima afirmou que quase abandonou o curso por consequências dessas violências praticadas por seu companheiro, mas, mesmo atrasando a sua formação, conseguiu concluir a sua graduação e após mais uma agressão enquanto estava gestante pela segunda vez do seu companheiro, decidiu prestar a denúncia na delegacia. Não havia na época a Lei Maria da Penha, tampouco medidas protetivas ou algum tipo de acolhimento à vítima. Apesar do não acolhimento do delegado um jornalista noticiou a agressão, que foi publicada nas páginas policiais de um jornal local. Aparentemente esse agressor ficou envergonhado com esse noticiário.

A participante relata que o agressor não mais a procurou para pedir perdão e houve, de fato, uma separação, quando conseguiu ficar livre da violência. Porém, ficou evidente que a delegacia não respeitou os direitos da mulher quando negou a

denúncia pedindo para a vítima se deslocar para a delegacia do bairro onde havia ocorrido a última agressão. No relato abaixo fica evidente a revitimização da violência:

*“Eu fui pra uma delegacia, a Delegacia Central no Centro, perto da Rodoviária. Entrei, prestei queixa, só que aí o delegado, assim né...eu não recebi nenhum tipo de acolhimento, era uma coisa fria totalmente fria, não é como hoje que vem uma psicóloga, pergunta se você quer proteção, se quer o distanciamento”; “o delegado ainda disse assim...”você vai ter que ir amanhã prestar queixa novamente porque o ocorrido foi nas imediações de Cabedelo”, pois eu morava no Bessa”; “você já entra uma vez numa delegacia, aí você tem que ir novamente prestar queixa!”*

A participante mostra que demorou muito para ter consciência da violência que sofreu durante muitos anos e que apesar de atualmente ter mais conhecimento da cultura machista que vivem as mulheres, no período em que vivenciou as violências pelo seu companheiro o processo de denúncia era ainda mais penoso. Na percepção dela, as violências eram escondidas e o Estado e as Instituições de Ensino não eram capacitados para o enfrentamento da violência contra a mulher, eu seja, não haviam ações e políticas públicas para combater este crime. Aqui se pergunta, será que esse quadro mudou nos dias de hoje? Segundo a declaração informal de Lourdes Maria Bandeira em abril de 2021, a lei não impede a violência.

*“Na verdade, a denúncia não resultou em nada, porque o delegado tinha pedido para eu ir na segunda-feira pra Cabedelo fazer a queixa novamente, aí eu não fui, entendeu? Eu não tinha condições psicológicas, eu não tinha ninguém pra ir comigo, eu ia sozinha? Entrar numa delegacia?”; “em termos do Estado fazer alguma coisa por mim não fizeram nada, não me procuraram, nada”.*

É importante destacar que as relações tradicionais de gênero mantêm o poder masculino por meio das agressões, que vão desde as violências psicológicas até as físicas e sexuais (BRASIL, 2002, SILVA, Oliveira, 2016). Inseridas em uma cultura machista no qual há o predomínio do sistema patriarcal, as mulheres são submetidas ao “poder do macho” tendo seus direitos violados e, conseqüentemente, sendo violentadas de diversas maneiras (SAFFIOTI, 2015; TAVARES, NERY, 2016).

Esta mulher teve então um segundo e terceiro casamento, sendo que no segundo também foi agredida e no último ela não mencionou nada de agressões. Por meio do discurso da participante, verificou-se que o modelo patriarcal ainda se faz muito presente em nossa cultura, sendo propagada no processo educacional a desigualdade entre homens e mulheres. Essas mulheres vivenciaram, na prática, essa desigualdade de gênero, em que a submissão levou à aceitação da violência, enfatizando o papel do homem de explorador e poderoso e o papel da mulher de fraca e frágil (SAFFIOTI, 1987).

### **Relato de “Carmélia” [Violência financeira ou patrimonial]**

Nesta categoria, a participante *Carmélia* de 36 anos relatou a situação de violência financeira ocorrida em seu relacionamento amoroso enquanto era bolsista da Universidade Federal da Paraíba e morava com o seu companheiro em uma fazenda no interior. Portanto, todas as segundas ela pegava um ônibus para ir à universidade e quando retornava para a sua cidade se sentia na obrigação de atender às vontades do seu companheiro, como demonstra em sua fala a seguir:

*“Eu comecei a estudar e lecionar num acampamento de sem-terra e aí...é...a bolsa né?...o que eu ganhava pra dar aula no acampamento e começou essa situação de...dessa necessidade desse dinheiro que nunca existiu quando a gente morava junto e de repente apareceu esse dinheiro (da bolsa de estudos) e virou a salvação de tudo, como se não tivesse dinheiro de nenhum outro lugar. E eu sabia que tinha outras situações de seca, situações complicadas e tal, e não entendia como uma violência financeira.”*

Na fala acima, a participante relata, em outras palavras, que não tinha conhecimento que estava vivenciando uma situação de violência financeira no qual perdurou quatro anos para que ela tomasse consciência do que estava vivendo e rompesse com o companheiro. No entanto, até o rompimento, a vítima relatou os abusos que sofreu.

*“...várias situações em vários momentos eu percebia essa violência financeira e realmente saí sem nada da relação, com nome sujo, e..sem nada mesmo,*

*sem um animal, que a gente tinha muitos animais, bezerras, porcas...essas coisas de sítio, e eu saí sem nada, sem dinheiro nenhum e com o nome bem complicado.”*

Segundo Cunha e Pinto (2008 p.21) “esta forma de violência raramente se apresenta separada das demais, servindo, quase sempre, como meio para agredir, física ou psicologicamente a vítima”.

Pode-se observar no relato da participante que o rompimento afetou a sua situação financeira e o seu psicológico, pois existia uma dependência financeira e emocional, no qual ela fala abaixo que estava acostumada a passar os fins de semana no interior, e, com o rompimento, ela se sentiu um pouco perdida sem saber para onde ir.

*“...o ano de 2019 foi muito difícil, porque você se acostuma com tudo, seu inconsciente, eu sentia falta dos animais, eu não sabia pra onde ir nos finais de semana, então entrei num profundo desgaste emocional de tentar suprir qualquer tempo que eu tinha com outras coisa pra evitar pensar e tudo mais. Tive ajuda psicológica, tenho uma psicóloga que até hoje ela me acompanha e comecei a criar rotina para além do estudo, que minha vida se resumia a estudo, voltava pra casa, comprava as coisas, chegava, trabalhava no fim de semana e voltava pra João Pessoa. Então, o fim de semana ficou vazio de repente, então, é angustiante, é libertador também né...”*

Segundo a Lei 11.340/2006, compreende-se como patrimônio não apenas os bens de relevância patrimonial e econômico-financeira direta, mas também aqueles que apresentam importância pessoal (objetos de valor efetivo ou de uso pessoal) e profissional, os necessários ao pleno exercício da vida civil e que sejam indispensáveis à digna satisfação das necessidades vitais.

Para esse tipo de violência a Lei 11.340/2006 também prevê medidas protetivas que são extremamente relevantes, uma vez que visam a proteção do patrimônio da mulher, em resposta à violência patrimonial sofrida. No entanto, essas medidas são ainda pouco aplicadas pelos magistrados, devido à baixa procura das vítimas em garantir seus direitos (TANNURI; GAGLIATO, 2012).

Em relação ao seu aprendizado acadêmico no ensino superior, a participante relata que durante a situação de violência financeira, ela faltava bastante às aulas pois perdia o horário do ônibus que saía de Caaporã para João Pessoa, e então foi reprovada na disciplina, constatando que se sentiu prejudicada.

*“Foi muito complicado, por isto que eu reprovei essa disciplina em questão e assim...ninguém queria fazer trabalho comigo porque eu faltava né? Aí você começa a ser mais excluída ainda, porque você vira a pessoa que ninguém pode contar. Então...e outra...você não se veste bem, você passa a sensação de cansaço o tempo todo e por isso as pessoas se afastam.”*

A participante afirma que mesmo sendo rotulada de feminista e de ter trabalhado em uma associação de mulheres durante três anos, não conseguia enxergar a violência que sofreu, em suas palavras, ficou “cega” e, que na época em que passou pela situação de violência, a COMU – Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher na UFPB - ainda estava sendo implementada. Portanto, ela não buscou acolhimento na instituição.

*“Ninguém sabe dessa história, a não ser a minha psicóloga, no ano de 2019 que eu já voltei, peguei o que eu tinha que pegar e fui embora, fiquei na residência, estou né...Só tenho lá agora para viver. Mas eu sou muito reservada, não sou muito de falar, até porque geralmente as pessoas que vem contar seus problemas pra mim e eu não tenho a oportunidade de falar sobre os meus problemas. Nessa época a COMU ainda estava sendo implementada. Eu não tinha muita noção da violência que sofria e mesmo sendo rotulada de feminista, de ter trabalhado numa associação de mulheres durante três anos, mas mesmo assim a gente fica meio cega.”*

Na fala anterior, pode-se observar o silenciamento da participante em relação à violência ocorrida. Na percepção da participante, existe uma cultura machista em alguns setores da universidade que causam essa barreira e a vítima não se sente à vontade para buscar ajudas além da terapia e relatar o que lhe ocorreu. Faltou clareza para a participante no sentido de busca de orientação de como resolver os problemas financeiros que ela teve.

Trata-se, portanto, da tutela cautelar civil para proteção dos bens da mulher na sociedade conjugal ou em outras relações com o agressor, podendo o magistrado

determinar a aplicação das medidas “*de forma incidental, nas ações penais bem como na ação civil indenizatória por ato ilícito*” (SOUZA; KÜMPEL, 2008, p. 121).

### **Relato de “Inês” [Assédio sexual]**

A terceira participante, com codinome *Inês*, 27 anos, relatou que sofreu violência dentro da universidade por parte de dois professores de cursos diferentes. No primeiro caso, ela relatou uma violência moral, no qual o professor fez comentários machistas em sala de aula, e no segundo caso, ela relatou ter vivenciado assédio sexual do outro professor, como mostra em seu relato a seguir:

*“Eu já sofri violência dentro da universidade, ocorreu por parte de dois professores, um no curso de Educação Física, que assim, na época foi extremamente constrangedor e eu considero um tipo de violência. Ele pediu para fazer um cálculo sobre um número de jogadores de determinado esporte e aí era uma conta simples de multiplicação e ninguém respondeu e aí eu respondi. E aí ele olhou pra mim na frente da turma toda e disse “ela é mulher e sabe fazer conta pelo menos isso”. E aí eu fiquei muito constrangida com isso... E outra vez foi no curso de Enfermagem, um professor do Centro de Ciências da Saúde por várias vezes durante as aulas ele ficava chamando pra ir na casa dele, chamando pra sair com ele, pra namorar, pra jantar na casa dele, insistentemente fazendo vários convites e eu pedia que ele parasse com isso e ele continuou insistindo e por conta disso eu parei de frequentar as aulas, só ia nos dias de avaliação e até nesses dias ele continuava com assédio e eu denunciei por meio da avaliação da disciplina, na avaliação do professor e fiz uma denúncia no departamento do qual ele trabalha, mas não houve nenhuma resposta por parte do departamento, nem da coordenação, nem de ninguém e aí ficou por isso mesmo.”*

A participante se sentiu muito constrangida, pois além da violência por si só já ser dolorosa, a primeira situação aconteceu na frente de todos os seus colegas de sala de aula. Na segunda situação, a de assédio sexual, ela relatou que sentiu um sentimento de impotência por não saber como agir diante do assédio do professor, se sentia muito desanimada e não tinha vontade de assistir às aulas e não conseguiu nenhum tipo de acolhimento como descreveu abaixo:

*“...não queria ir pra aula, tanto que eu só ia quando extremamente necessário em caso de atividade avaliativa, caso de algum trabalho ou alguma aula prática muito importante, mas tinha um sentimento de impotência muito grande porque você ainda não sabe o que fazer em situações assim, porque a gente busca apoio mas não tem dos superiores, coordenadores, chefe de departamentos e você não encontra apoio e o professor (o segundo caso) já com inúmeros casos de assédio com alunas, mas ele nunca foi punido.”*

A persistência de papéis desiguais socialmente atribuídos em função do sexo, reforçada pela pressão social para o seu desempenho e por modelos educativos patriarcais, contribuem para uma assimetria de poder, no espaço público e privado, que vulnerabiliza as mulheres (Rêgo, 2010, Inglez, 2007).

Em relação ao aprendizado acadêmico, a participante relata que a violência afetou o seu rendimento, ela deixou de assistir algumas aulas na universidade durante o período da ocorrência do assédio sexual pelo professor e buscou apoio entre os seus amigos e pessoas que também já haviam enfrentado este tipo de violação. A vítima relatou que cobrou uma atitude do departamento do curso em relação aos abusos que estavam ocorrendo repetidamente todo semestre com várias pessoas, mas não teve êxito.

Na percepção da participante, existe uma cultura machista e os gêneros não são igualmente respeitados. Pode-se perceber situações machistas com frequência, porém as pessoas não têm coragem de tomar uma atitude e de se posicionar, preferem deixar passar a criar um embate ou uma discussão. A participante reforça essa cultura machista em que há em alguns cursos dentro da universidade:

*“A gente vê isso muito forte em cursos como Engenharia, Matemática, cursos de Exatas, onde a maioria tanto professores quanto estudantes são homens e aí as mulheres ainda estão se inserindo, ganhando seus espaços, mas a gente vê o quanto o machismo ainda é forte e aí quando volta pra área da saúde quando a gente vê um curso com presença de mais mulheres como a Enfermagem e a gente encontrar situações assim é bem triste.”*

A naturalização das várias manifestações do desequilíbrio estrutural das relações de poder, organizadas por sexo, exige uma análise em profundidade dos códigos perfor(nor)mativos da feminilidade e da masculinidade (Butler, 1999; Madriz,

1997; Ferreira, 2003) nas representações sobre assédio sexual, nomeadamente sociojurídicas.

De uma forma geral, observou-se nos dados provenientes das entrevistas o impacto e as consequências da violência no processo de aprendizagem acadêmica das mulheres participantes deste estudo que passaram pela universidade. Verificouse que a vivência deste fenômeno na vida dessas mulheres compromete o seu pleno desenvolvimento intelectual, sua autonomia emocional e financeira pois elas perduram durante anos no ciclo da violência, convivendo com o agressor e seus abusos e demorando para tomar consciência de que é necessário buscar ajudas e acolhimentos para sair desta situação.

Essas mulheres, apesar de apresentarem algum conhecimento em relação aos seus direitos, não experimentaram em sua história de vida o que é uma relação com respeito e cumplicidade e tornaram-se passivas e submissas aos companheiros. No entanto, as instituições de ensino e delegacias fazem pouco para tirar essas mulheres desta situação, pois a omissão e o silêncio revela a falta de ações e políticas públicas eficazes para o enfrentamento à violência, visto que essas mulheres precisam urgentemente de proteção. Em outra declaração, Lourdes Maria Bandeira, ela, que trabalhou na Secretaria da Mulher do Governo Dilma Rousseff junto com a Ministra Eleonora Soares, afirmou que implantou medidas de segurança e proteção das mulheres violentadas e que, dois meses depois, essas medidas haviam desaparecido (entrevista feita em abril de 2021).

Notou-se, também, que a dependência financeira e o desânimo, tornaram algumas dessas mulheres submissas desses relações de abuso sem denúncias. Elas têm dificuldade de sair dessas relações abusivas, seja por medo, seja por falta de apoio da família e do sistema de proteção vigente. Além disso não têm clareza dos seus direitos em geral, principalmente no caso da vítima da violência financeira.

Em seus discursos as participantes constataam que o lugar da mulher na sociedade é desigual tanto em condições salariais quanto em questões de ter oportunidades de trabalho, tarefas do lar e cuidado com os filhos, nos quais recaem em sua maioria para a mulher. A luta contra a violência sofrida pelas mulheres, de acordo com esses dados, é um processo lento e **está apenas anunciada e quase sempre silenciada até para elas mesmas.**

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira questão que se coloca nesta pesquisa é a dificuldade que a pesquisadora teve para coletar os dados, ou ainda, temor e vergonha da exposição por parte das vítimas da violência que sofreram. Por mais que se propague o combate à violência, ainda existe um sigilo que atua como paralisante do estudo e análise dessa questão pelo fato de não indicar vítimas para serem entrevistadas, porém o fato é bastante compreensivo, considerando a importância em preservar a vítima.

Observou-se também que as mulheres vítimas de violência doméstica aqui retratadas demoraram bastante – em alguns casos por anos a fio, - como no caso da Rosângela - para denunciarem e buscarem ajuda para se defenderem e serem protegidas. E, de modo geral, não foram devidamente acolhidas. Note-se que a percepção delas sobre a causa e a violência que sofriam também demorou a ocorrer, indicando as suas lacunas de discernimento quanto a essas agressões. Em um dos casos, o relacionamento agressivo terminou por atitude do agressor quando tomou conhecimento que foi feita a denúncia na delegacia por sua ex-companheira, então ele saiu de casa e não procurou mais a vítima para se reconciliar.

Há diversos fatores que acarretam essas demoras, a exemplo da dependência financeira que as mulheres vítimas têm em relação aos companheiros. Há também uma forte dependência emocional delas e crença de que eles vão mudar quando pedem perdão. Além disso elas raramente têm apoio, seja da família seja das instituições que deveriam protegê-las.

É importante lembrar que, no caso dos novos relacionamentos destas vítimas, depois de terem se livrado dos primeiros agressores, também houve episódios de violência. A Universidade Federal da Paraíba dispõe do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher – COMU – mas, não consegui os dados da reincidência da violência. Deve-se considerar que além de acolher e ajudar as vítimas na hora das queixas, é de suma importância o acompanhamento dos casos.

O fato de existirem leis e medidas protetivas para a defesa dessas mulheres não resultou em um acréscimo significativo da violência de gênero. O mais grave é que as punições aos agressores são raras, lentas e por vezes inexistem.

As mulheres têm um múltiplo fardo, elas precisam ter coragem para enfrentar ameaças, medos e vergonhas para fazerem as denúncias. E têm também o ônus de cobrarem providências das autoridades, tendo, para isso, que enfrentar ambientes tóxicos e preconceituosos.

Outra consideração final essencial desta pesquisa é o efeito devastador da violência contra as mulheres nos estudos, pois, esses abusos interferem gravemente no desenvolvimento dos seus cursos, atrasam a finalização das disciplinas, o que, por sua vez retardam as possibilidades de elas se tornarem independentes financeiramente através do acesso ao mercado de trabalho. A autoestima baixa causa depressões, ansiedades, enfim, afetam a saúde física e mental das vítimas.

Percebe-se então que o sistema de desigualdade e preconceito contra as mulheres é muito mais forte do que o alardeamento das leis e medidas antiviolaência anunciadas e pouco cumpridas. Os estudos e pesquisas são importantes porque indicam caminhos, podem estimular a criação de comunidades de apoio e busca de ações concretas para ajudar a essas vítimas.

Como declarou informalmente Lourdes Maria Bandeira - abril de 2021 – essa agressão contra as mulheres é um problema social, mas a solução termina sendo pesadamente individual. É urgente cobrar das autoridades as providências efetivas para diminuir esses abusos senão a indignação e revolta serão inócuas, com desperdício de energia e falta de soluções.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMANY, Carme. Assédio sexual. HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise. DOARÈ, Hélène Le. SENOTIER, Danièle (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP, 2009.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Violências contra mulheres nos espaços universitários. STEVES, Cristina; ZANELLE, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristina (orgs). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

PORTO, MADGE. Violências contra mulheres nos espaços universitários. STEVES, Cristina; ZANELLE, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristina (orgs). **Mulheres e violências**: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

ALMEIDA JR., Antônio Ribeiro. **Anatomia do trote universitário**. São Paulo: Hucitec, 2011.

AZEVEDO, Mariana. **Homens e o Movimento Feminista no Brasil**: rastros e fragmentos de memória. Disponível em Cadernos Pagu: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800540014>, set, 2015.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas** – a violência denunciada. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

BANDEIRA, Lourdes. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. STEVES, Cristina; ZANELLE, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristina (orgs). **Mulheres e violências**: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

BANDEIRA, Lourdes. **Violência de gênero**: a construção de um campo teórico e de investigação. Revista Sociedade e Estado – Volume 29, número 2, 2014.

BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara C. **O trote universitário: a festa da intolerância e humilhação feminina**. *Atitudes Universitárias*, Brasília, UnB Agência, publicado em 18/02/2011. Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=367>;

BARDIN, LAURENCE. *Análise de conteúdo*. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1997.

BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Editora Vozes. 2012.

BEAUVOIR, Simone de. (1970) **O Segundo Sexo** – Livro 1: Fatos e Mitos. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Saint-Amand-Montrond, Éditions du Seuil, 1998, p.15.

BOZON, MICHEL. *Sociologia da sexualidade*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Congresso Nacional, 2015.

BRAUN, V., Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.

BURLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith (1999), **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of identity**. New York: Routledge.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHANTLER & BURNS. **Teoria e Métodos de Pesquisa Social/** Bridget Somekh, Cathy Lewin (organizadoras). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2015.

COVA, Anne. **O que é o feminismo? Uma abordagem histórica**. Seminário “Movimento Feminista em Portugal”. Lisboa: UMAR, 1998. Disponível em: <http://umarfeminismos.org/images/stories/pdf/seminariomovfeminista.pdf>. Acesso em: 06 jun, 2014.

DEBERT, G. G. & Oliveira, M. B. (2007). **Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”**. *Cadernos Pagu*, 29, 305-337.

DESLAURIERS & KÉRISIT. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Vários autores. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota Técnica Violência Doméstica durante a Pandemia de COVID-19, 16 de abril de 2020**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com Decode. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid19-v3.pdf>.

PIMENTEL, Amanda e MARTINS, Juliana. **O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, 1999.  
FREITAS, M. E., HELOANI, R., & BARRETO, M. (2008). **Assédio moral no trabalho**. São Paulo: Cengage Learning.

GADONI-COSTA, L. M. & Dell’Aglío, D. D. (2010). **Mulheres em situação de violência doméstica**: vitimização e coping. *Interinstitucional de Psicologia*, 2(2), 151 – 159.

GREGORI, Juciane de. **Relações afetivas e violência: sentidos da transfobia no contexto familiar e amoroso** / Juciane de Gregori, Marcela Zamboni. – João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

INEP. **Resultados e tendências do ensino superior no Brasil**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/brasil.pdf>>. Acesso em mar. 2002.

INGLEZ, Sofia Aboim (2007), **“Mulheres entre o público e o privado. Ideais de igualdade e ambivalências normativas na divisão sexual do trabalho”**, in Lígia Amâncio; Manuela Tavares; Teresa Joaquim; Teresa Sousa de Almeida (orgs.), *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário, 2015**. Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise. DOARÉ, Hélène Le. SENOTIER, Danièle (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP, 2009.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre Artmed/Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MACHADO, L. Z. **Gênero, um novo paradigma?**. *Cadernos Pagu*, (11), 107-125, 2013.

MACHADO PAIS, José. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. 2ª ed., Porto: AMBAR, 2003.

MADRIZ, Esther (1997), **Nothing bad happens to good girls. Fear of crime in women's lives**. California: University of California Press.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

NUNES, Thiago Soares. **Assédio Moral no Trabalho: o contexto dos servidores da Universidade de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado em Administração. Centro sócio-Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. 281 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95904/288978.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 31 de Outubro de 2016.

OSBORNE, R. L. **The continuum of violence against women in Canadian universities**. *Women's Studies International Forum*, 18 (5/6), 637-646, 1995.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S.A., 1993.

Perucchi, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. **Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays**. Estudos de Psicologia, Juiz de Fora.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Féminisme amnésique**. Jornal Libération on-line, mai, 2014. Disponível em: [http://www.liberation.fr/societe/2014/05/09/feminismeamnesique\\_1014052](http://www.liberation.fr/societe/2014/05/09/feminismeamnesique_1014052). Acesso em: 23 set. 2015.

RÊGO, Maria do Céu Cunha (2010), “**A construção da igualdade de homens e mulheres no trabalho e no emprego na lei portuguesa**” in Virgínia Ferreira (org.), A 12 Igualdade de Mulheres e Homens no trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

RIBEIRO, C. G. & Coutinho, M. L. L. (2011). **Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB**. *Psicologia e Saúde*, 3(1), 52-59.

RIOS,

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero**. Abril, 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413294X2006000100008>.

RUBIN, Gayle. “**O tráfico de mulheres**” em **políticas do sexo**. São Paulo, Ubu, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, agosto, 2001. Disponível em cadernos pagu (16) 2001: pp.115-136.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. Editora Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H. & ALMEIDA, S. **Violência doméstica**. Anais da SPBC, 1992.

SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Vários autores. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

TRANSGENDER EUROPE'S TRANS MURDER MONITORING. Reported deaths of 816 murdered trans persons from January 2008 until December 2011 [Online, 2012a]. Disponível em <http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/downloads/TMM/TvT-TMMTables2008-2011-en.pdf>. Acesso em 10 mai. 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WAISELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da Violência 2015** - Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

Zuma, C. E. (2005). **Em busca de uma rede comunitária para a prevenção da violência na família**. In *Anais do III Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária*. Fortaleza. Acesso em 29 de junho, 2012, em <http://www.noos.org.br/acervo/Embuscadeumaredecomunitariaparaaprevencaodaviolencianafamilia.pdf>

VALA, Jorge A. "Análise de conteúdo". In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.). **Metodologia das ciências sociais**. Lisboa: Afrontamento, 1986.

## 7. ANEXOS

### ANEXO 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa intitulada “Percepções de mulheres em situação de violência na Universidade Federal da Paraíba” desenvolvida por Bruna Chaves Steinbach Silva, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (83) 996778395 ou e-mail brucomunica@gmail.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é o de contribuir para a compreensão da sociologia e para o debate na área de violência e gênero. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista com roteiro semi-estruturado, a ser gravada em áudio a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

João Pessoa, 05 de janeiro de 2021.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_

### ANEXO 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

Perfil socioeconômico:

a) Idade:

b) Estado civil:

c) Com quem mora?

d) Possui filhos(as)? ( ) sim ( ) não

e) Qual a idade e sexo dos filhos?

f) Qual a renda da sua família?

( ) Até 1 salário mínimo

( ) Entre 1 e 2 salários mínimos

( ) Entre 2 e 3 salários mínimos

( ) Entre 3 e 4 salários mínimos

( ) Acima de 4 salários mínimos

( ) Não sabe referir renda da sua família? g)

Qual a sua religião?

h) Qual a sua cor? ( ) branca ( ) negra ( ) mestiça ( ) outra

1. Você já sofreu algum tipo de violência dentro da Universidade Federal da Paraíba ou fora do campus?
2. Você pode relatar como se iniciou a violência por parte do agressor?
3. O que você sentiu após a violência ocorrida?
4. Você sentiu que a violência afetou o seu aprendizado acadêmico?
5. Você prestou a denúncia contra o agressor?
6. Após a denúncia, você teve contato novamente com o agressor?

7. Dentro do campus, você acha que existe uma cultura machista?
8. Por que você acha que o ciclo da violência não é rompido mesmo após a denúncia da vítima?
9. Por que o homem pratica mais violência sobre o corpo da mulher?
10. Qual a sua percepção sobre as questões culturais do lugar da mulher na sociedade?
11. Em relação às mulheres negras, trans, LGBTQI+, como você percebe que a universidade lida com as questões de classe, raça e gênero?
12. De que maneira podemos combater a violência contra a mulher e gênero dentro da universidade?